

Revista Filosófica de Coimbra

vol.14 | n.º27 | 2005

Amândio Coxito
Mário Santiago de Carvalho
Henrique Jales Ribeiro
Diogo Ferrer
Moisés de Lemos Martins
Andrzej Wiercinski
Alexandre Costa

RUSSELL, WITTGENSTEIN E A IDEIA DE UMA “LINGUAGEM LOGICAMENTE PERFEITA”

HENRIQUE JALES RIBEIRO

*Em homenagem a Marina Ramos Themudo.**

O futuro virá a fazer um juízo a nosso respeito-ou talvez não, e, se for silencioso, isso também será um juízo.

Carta de Wittgenstein a Russell.¹

Abstract

Title: Russell, Wittgenstein and the idea of a “logically perfect language”. Russell’s idea of a logically perfect language has been traditionally interpreted, after Wittgenstein’s criticisms, as if it was simply an artificial and symbolic one (like that, apparently, of the *Principia Mathematica*), whose purpose would be to eliminate the vagueness of ordinary language and to introduce in it “precision” and “exactness”. The author, following his own

* O autor teve o privilégio de ler e começar a compreender Wittgenstein, o *Tractatus Logico-Philosophicus* e seus comentadores mais relevantes nos anos oitenta, com a Snr.^a Doutora Marina Ramos Themudo, de quem foi aluno, nas sessões de avaliação contínua da cadeira de Axiologia e Ética. Desde o pequeno livro de D. Pears, intitulado justamente *Wittgenstein*, ao longo comentário de M. Black sobre o *Tractatus*, ou a outros, não menos importantes, como os de G. E. Ascombe e E. Stenius, iniciou o autor do presente trabalho, na altura, um devotado percurso de estudo e interpretação do grande tema das investigações da nossa Prezada e Honrada Colega, hoje reformada, que foi nas últimas décadas um dos docentes e investigadores mais brilhantes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e, no contexto internacional, um dos comentadores mais argutos e profundos da problemática filosófica da ética em Ludwig Wittgenstein.

¹ “The future will pass judgment on us-or perhaps it won’t, and if it is silent that will be a judgment too.” (WITTGENSTEIN, L., *Letters to Russell, Keynes and Moore*, Ed. G. H. von Wright, Basil Blackwell, Oxford, 1974, p. 86) Alguns códigos bibliográficos

research on the subject, holds provocatively that that interpretation cannot be accepted, because, in the first place, for Russell, as happens with Wittgenstein from another perspective, ordinary language is “in order, as it is”; studies the historical and philosophical origins of the concept of such a language in both philosophers and especially in Russell’s reading of Wittgenstein’s *Notes dictated to Moore in Norway*; and shows that for Russell, contrary to the standard reading on the subject, it essentially has an onto-epistemological nature.

Introdução

O mito de uma “linguagem logicamente perfeita”

Um dos pressupostos correntes e incontestados, ainda hoje em dia, da interpretação da filosofia de Russell na perspectiva da de Wittgenstein, que consubstancia exemplarmente o que podemos chamar a “imagem oficial” da sua filosofia, é a ideia segundo a qual ele teria estado essencialmente interessado, até ao impacto do *Tractatus Logico-Philosophicus* no seu pensamento, na construção e desenvolvimento de uma linguagem lógica artificial, como a que nos oferecerão, segundo essa interpretação, os *Principia Mathematica* (1910-1913), a qual teria como função principal corrigir e eliminar o “vago” da linguagem ordinária e dos nossos conceitos de modo geral, reduzindo a possibilidade da ontologia aos limites mais ou menos formais que ela própria proporcionaria em termos da “exactidão” ou “precisão” desejadas.² Foi precisamente por esta razão, como argumentam os adeptos da leitura wittgensteiniana da filosofia de Russell, que este atribuiu ao *Tractatus* na «Introdução», de forma errónea, o objectivo da construção de uma «linguagem logicamente perfeita», que, obviamente, Wittgenstein não poderia subscrever, dado que, por um lado, para ele a linguagem ordinária está «em ordem, tal como está», não carecendo de qualquer correcção lógica especial, e, por outro, o projecto (supostamente)

indispensáveis, cuja leitura deve complementada com as “Referências bibliográficas”, apresentadas no final deste trabalho: (1) o *Tractatus Logico-Philosophicus* será aqui citado a partir da edição Kegan Paul (London, 1933), através da sigla “TLP”; (2) de Russell, vários trabalhos serão citados a partir de *The Collected Papers of Bertrand Russell*, através da sigla “CP” (seguida dos números do volume, do trabalho em questão e das respectivas páginas); (3) em particular, o trabalho “The Philosophy of Logical Atomism” será citado através da sigla “PLA”.

² No começo dos anos oitenta, esta interpretação foi sustentada, entre outros comentadores, por T. Iglesias, em “Russell’s Introduction to Wittgenstein *Tractatus*”, in *Russell: The Journal of the Bertrand Russell Archives*, n.ºs 25-28, pp. 21-38; e “Russell and Wittgenstein: Two Views of Ordinary Language”, in *Philosophical Studies*, vol. XXVIII, 1981, pp. 148-163.

russelliano confundirá e contaminará a lógica, enganadoramente, quer com psicologia quer com a epistemologia. De M. Black, nos anos quarenta, aos nossos dias, esta leitura de Russell tem sido geralmente subscrita pelos mais diversos comentadores, tanto de Russell como de Wittgenstein, como se de um truísmo se tratasse, quer dizer, de uma verdade tal que, dada a sua evidência, não deveria suscitar ou merecer qualquer dúvida ou questionamento.³ P. M. S. Hacker, emparceirando Russell e Frege deste ponto de vista, sintetiza-a nos seguintes termos:

Eles [Frege e Russell] sustentaram que as linguagens naturais são defeituosas logicamente, quer por conterem termos vagos quer por não conseguirem representar adequadamente a matéria das verdades da lógica. Assim, para objectivos metafísicos, lógicos e de demonstração teórica, essas linguagens deveriam ser substituídas por uma linguagem logicamente perfeita: nomeadamente, a linguagem da *Begriffsschrift* ou a dos *Principia*. Isto apenas teria sentido se (...) o papel das proposições da lógica fosse, de facto, representar uma certa matéria com a máxima precisão. (...) Contrariamente a Frege e a Russell, Wittgenstein argumentou que ‘todas as proposições da linguagem ordinária, tal como estão, estão perfeitamente em ordem logicamente’ (*TLP*, 5.5563). Com isto, como ele explicou mais tarde, queria dizer que ‘as proposições da linguagem ordinária não são, de modo algum, *menos correctas* ou menos exactas, ou *mais confusas*, do que as proposições escritas, digamos, no simbolismo de Russell ou em qualquer outra ‘*Begriffsschrift*’. (...) Aquilo que Frege e Russell alcançaram nas respectivas lógicas foi uma *notação* logicamente perspicaz, ainda que não perfeita. As linguagens naturais são defeituosas apenas na sua aparência. (A respeito do vago, como vimos, Wittgenstein sustentou que é apenas um aspecto da superfície da linguagem natural. E as proposições da lógica-quer dizer, as tautologias-*não têm* matéria, segundo ele.)⁴

³ De M. Black, veja-se “Russell’s Philosophy of Language” (1940), in *The Philosophy of Bertrand Russell*, Ed. P. A. Schilpp, La Salle-Illinois, Open Court, 1989, pp. 227-256. J. O. Urmson, o historiador oficial do movimento analítico inglês nos anos cinquenta e sessenta, defenderá a mesma perspectiva de Black em *Philosophical Analysis: Its Development Between the Two World Wars*, Ed. Clarendon Press, Oxford, 1956. A perspectiva de Black é ainda, hoje em dia, a perspectiva «oficial» da interpretação de Russell sobre a questão da “linguagem logicamente perfeita”. Veja-se, por exemplo, Clarke, D. S., *Philosophy’s Second Revolution. Early and Recent Analytic Philosophy*, Open Court, Chicago and La Salle-Illinois, 1997.

⁴ “They had held natural languages to be logically defective, both in containing vague terms and in failing adequately to represent the subject-matter of the truths of logic. Hence, for logical, proof-theoretic and metaphysical purposes, they should be replaced by a logi-

Desde 1998, temos vindo a sustentar que esta interpretação quer de Russell quer de Wittgenstein é geralmente falsa numa série de pontos fundamentais, que constituem justamente o tema do presente trabalho.⁵ Um aspecto central e decisivo da nossa argumentação, é que a filosofia de Russell, na altura da leitura do *Tractatus* por parte desse filósofo, está longe de ser, como vulgarmente se pretende, atomista e reducionista, sendo a expressão, muito pelo contrário, de um holismo semântico parcial, que contrasta geralmente com um outro, de feição lógico-estrutural, radical, que é defendido nessa obra de Wittgenstein e que conduz, segundo Russell, à tese da impossibilidade da própria filosofia. Outro, subsequente, é que foi justamente na perspectiva de um tal tipo de holismo, mas não sem alguns equívocos e ambiguidades de certa gravidade, que Russell falou de «vago» na «Introdução» ao *Tractatus* e atribuiu a Wittgenstein, do seu próprio ponto de vista, o projecto da construção de uma «linguagem logicamente perfeita». Finalmente, um terceiro aspecto fundamental é que a linguagem logicamente perfeita, de Russell, tem por objectivo primeiro restabelecer a possibilidade da filosofia, e da ontologia em particular, postas em causa pelo holismo lógico-estrutural radical de Wittgenstein, e não, ao contrário do que é tradicionalmente suposto, alcançar o desiderato ingénuo da «exactidão» e «precisão».

cally perfect language: namely, the language of *Begriffsschrift* or *Principia*. This would make sense only if (...) the role of the propositions of logic is indeed to represent a certain subject-matter with maximal accuracy. (...) Contrary to Frege and Russell, Wittgenstein argued that 'all the propositions of everyday language, just as they stand, are in perfect logical order' (*TLP*, 5.5563). By this, he later explained, he meant that 'the propositions of our ordinary language are not in any way logically *less correct* or less exact or *more confused* than propositions written down, say, in Russell's symbolisms or any other 'Begriffsschrift'. (...) What Frege and Russell had achieved in their logic was a logically perspicuous (though not yet perfect) *notation*. Natural languages are defective only in their appearance. (Vagueness, as we have seen, Wittgenstein held to be merely a surface feature of natural language. And the propositions of logic—that is, tautologies—he argued *have* no subject-matter.)" (HACKER, P. M. S., *Wittgenstein's Place in Twentieth-century Analytic Philosophy*, Ed. Blackwell, London, 1996, pp. 26-27)

⁵ As nossas teses fundamentais foram apresentadas, primeiro, na dissertação de doutoramento intitulada *Bertrand Russell e as origens da filosofia analítica: O impacto do 'Tractatus Logico-Philosophicus' de L. Wittgenstein na filosofia de Russell*, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1998; e defendidas, posteriormente, em várias comunicações e artigos (apresentadas em Portugal e no estrangeiro), que mencionaremos ao longo do presente trabalho. Veja-se, em especial, Ribeiro, H., «O *Tractatus* de Wittgenstein, Russell e o problema do holismo em filosofia», in *Revista Portuguesa de Filosofia*, 58 (2002), pp. 465-495.

Uma das consequências que decorre das teses anteriores, e que importa salientar, é que Russell não teve a precaução necessária ao utilizar o conceito de vago na “Introdução” ao *Tractatus*, sugerindo, indirectamente pelo menos, que o fazia ainda ao abrigo de uma aceção tradicional, que defende em “A Filosofia do Atomismo Lógico” (1918), de facto, e se identifica, no fundo, com a interpretação, corrente hoje em dia, da leitura wittgensteiniana da sua filosofia. A mesma afirmação poderia ser feita a respeito do conceito de linguagem logicamente perfeita. Como se mostrará mais adiante, não há dúvida que, segundo Russell ele mesmo, só num sentido figurado (a elucidar) essa linguagem é “logicamente perfeita”. Em primeiro lugar, essa linguagem não é logicamente perfeita porque contrastaria, em geral, com o vago de uma linguagem ordinária que não estaria essencialmente “em ordem, tal como está”. Para Russell, não menos do que para o próprio Wittgenstein, a linguagem ordinária “está em ordem”, porque a relatividade semântica que define o vago não é uma propriedade linguística mais ou menos acidental mas uma característica ontológica, essencial e irreduzível, da relação entre a linguagem e o mundo.⁶ Em consequência, o carácter *logicamente perfeito* da linguagem ideal não resulta de esta opôr-se a algo que seria menos perfeito ou menos ideal. Depois, como Russell fará notar ainda em «O Vago», o vago é uma característica essencial da própria linguagem logicamente perfeita; de modo que essa linguagem não é logicamente perfeita *no sentido em que não seria vaga*.⁷ Também a propósito de uma tal linguagem, portanto, Russell utiliza uma terminologia tradicional (aquela mesma terminologia das «Lições» de 1918 sobre a filosofia do atomismo lógico), que se revela

⁶ Russell observa em “Vagueness” (1923), deste ponto de vista, que “When knowledge is vague, this does not apply to the knowing as an occurrence; as an occurrence it is incapable of being either vague or precise, just as all other occurrences are. Vagueness in a cognitive occurrence is a characteristic of its relation to that which is known, not a characteristic of the occurrence in itself.” (CP, 9, 23, 148)

⁷ Ainda em “Vagueness”, Russell observa: “Since all non-logical words have this kind of vagueness, it follows that the conceptions of truth and falsehood, as applied to propositions composed of or containing non-logical words, are themselves more or less vague. Since propositions containing non-logical words are the substructure on which logical propositions are built, it follows that logical propositions also, so far as we can know them, become vague through the vagueness of ‘truth’ and ‘falsehood’. We can see an ideal of precision, to which we can approximate indefinitely; but we cannot attain this ideal. Logical words, like the rest, when used by human beings, share the vagueness of all other words (...). We are capable of imagining what a precise symbolism would be, though we cannot actually construct such a symbolism (...). It is therefore not applicable to this terrestrial life, but only to an imagined celestial existence.” (CP, 9, 23, 150-151, sub. nosso)

essencialmente inadequada para expressar a sua nova perspectiva na matéria.⁸

Estas características da noção de linguagem logicamente perfeita são, apesar de tudo, geralmente negativas. Importa, pois, analisar atentamente e de maneira positiva a teoria de Russell a respeito dessa linguagem. Compreende-se a importância de uma tal abordagem. A imagem oficial de Russell, e particularmente a leitura wittgensteiniana do impacto do

⁸ Daremos, quanto a este problema, dois exemplos de significação diferente. (1) Se é verdade que muitas passagens de “The Philosophy of Logical Atomism” *sugerem* a leitura dos críticos da noção de linguagem logicamente perfeita, por outro lado, não parecem confirmar o pressuposto de que, com uma tal linguagem, abandonamos necessariamente o terreno da linguagem ordinária: “The process of sound philosophizing, to my mind, consists mainly in passing from those *obvious, vague, ambiguous things, that we feel quite sure of*, to something precise, clear, definite, which by reflexion and analysis we find *is involved in the vague things that we started from*, and is, so to speak, the real truth of which that vague thing is a sort of shadow.” (PLA, 161, sub. nossos) O interesse das passagens, que sublinhámos, é que (i) Russell afirma que “nós nos sentimos muito seguros” das “coisas óbvias, vagas e ambíguas”, e que (ii) o “preciso, claro e definido” “está envolvido nas coisas vagas de que partimos”. O vago da linguagem ordinária, pois, é em si próprio, em certo sentido, “óbvio”, e não constitui um verdadeiro obstáculo à compreensão da mesma; ao mesmo tempo, a pretensão de alcançar o “preciso, claro e definido”, através de uma linguagem logicamente perfeita, não significa que tenhamos de sair necessariamente para fora do quadro da linguagem ordinária. A questão que se coloca, portanto, é de saber como é que isso é possível. Se Russell oferecer uma resposta coerente e consistente a esta questão (como estamos convencidos que oferece), então esse facto significará que as críticas dos autores que identificam a linguagem logicamente perfeita simplesmente com uma linguagem puramente artificial ou simbólica não são justas nem correctas. – (2) Agora, como começámos por dizer, note-se que nem sempre a relação que Russell estabelece entre os conceitos de vago e de linguagem logicamente perfeita é suficientemente cautelosa, do ponto de vista filosófico. Na parte final da *Introduction to Mathematical Philosophy*, observa-se: “It is impossible to convey adequately the ideas that are concerned in this subject so long as we abstain from the use of logical symbols. Since ordinary language has no words that naturally express exactly what we wish to express, it is necessary, so long as we adhere to ordinary language, to strain words into unusual meanings ; and the reader is sure, after a time if not at first, to lapse into attaching the usual meanings of words, thus arriving at wrong notions as to what is intended to say. Moreover, ordinary language and syntax is extraordinarily misleading. *Because language is misleading, as well as because it is diffuse and inexact when applied to logic (for which it was never intended) logical symbolism is absolutely necessary to any exact or thorough treatment of our subject.* Those readers, therefore, who wish to acquire a mastery of the principles of mathematics, will, it is hoped, not shrink from the labour of mastering the symbols—a labour which is, in fact, much less than might be thought.” (RUSSELL, B., *Introduction to Mathematical Philosophy*, Ed. Routledge, London e New York, 1995, pp. 205-206, sub. nosso)

Tractatus, fazem da noção de linguagem logicamente perfeita o cerne da crítica da concepção russelliana de análise e, mais geralmente, a razão principal da rejeição dessa concepção e da filosofia de Russell no seu conjunto. O objectivo principal da nossa reinterpretação dessa noção é, naturalmente, proporcionar uma nova leitura da “Introdução” de Russell ao *Tractatus* também neste aspecto fundamental. Há duas questões essenciais, deste ponto de vista, que devem orientar as nossas análises: em que medida a linguagem logicamente perfeita, que Russell atribui a Wittgenstein na “Introdução”, é, de facto, “linguagem”, e, depois, é “logicamente perfeita”? E em que medida essa linguagem, que ele atribui a Wittgenstein, é a sua própria linguagem “logicamente perfeita”?

Reinterpretação da noção de Russell de “linguagem logicamente perfeita”

Uma das primeiras observações a fazer é que o conceito de “linguagem logicamente perfeita” está praticamente ausente dos trabalhos de Russell até 1918 e “A Filosofia do Atomismo Lógico” em particular, e que, portanto, a tese da “imagem oficial”, segundo a qual esse conceito terá surgido em os *Principia Mathematica*, é falsa. Na verdade, nesta obra de Russell em lado algum é utilizado um tal conceito, e, fundamentalmente, em lado algum é utilizado em contraste com o vago ou a imprecisão da linguagem ordinária em geral, na medida em que para ele, como veremos, a linguagem ordinária está “em ordem, tal como está”.⁹ Isto significa que

⁹ A linguagem ordinária está “em ordem, tal como está”, para Russell, até “The Philosophy of Logical Atomism”, quer dizer, não é um problema para ele que ela seja essencialmente vaga, imprecisa ou defeituosa, em contraste com o que acontece nesse trabalho e, a partir dele, com a emergência e desenvolvimento de um ponto de vista propriamente *linguístico* sobre a linguagem, que, em rigor, não existia anteriormente. A perspectiva dominante de Russell em filosofia da linguagem desde 1903, com *The Principles of Mathematics*, a 1918, passando por “On Denoting” e a teoria das descrições em geral, é epistemológica e ontológica, e não, como se disse, *linguística*. E é precisamente desse ponto de vista epistemológico e ontológico que Russell, nesse período, formula as reservas que formula a respeito da linguagem ordinária. Nos *Principia*, por exemplo, é muito claro que não existe qualquer verdadeira desconfiança, por parte de Russell, a respeito da linguagem. Ele afirma, é verdade, que um dos objectivos da obra é alcançar “the perfectly precise expression, in its symbols, of mathematical expressions: to secure such expression, and to secure it in the simplest and most convenient notation possible” (RUSSELL, B., *Principia Mathematica*, Ed. Cambridge University Press, 1910, vol. 1, p. 1). Mas essa “expressão” não é “definida ou “precisa” porque se oporia às características (contrastantes) da linguagem ordinária. O problema, para Russell, a respeito da linguagem

atribuir aos *Principia Mathematica* a ideia de uma “linguagem logicamente perfeita”, como fez a filosofia analítica de Black a Hacker, é projectar nessa obra certas premissas da filosofia de Russell que, em geral, só surgem verdadeiramente em 1918. Uma vez dito isto, não há dúvida que uma parte dessas premissas tem origem na filosofia da lógica e da matemática dos *Principia*; mas essa parte, como veremos, não remete para toda a concepção de uma linguagem logicamente perfeita em 1918, nem mesmo, em certa medida, para o que há de essencial nessa concepção. Portanto, se pusermos de lado provisoriamente os *Principia*, podemos dizer que a *concepção de uma “linguagem logicamente perfeita” não surge em qualquer dos trabalhos de Russell antes de “A Filosofia do Atomismo Lógico”*.¹⁰ E a questão de saber porque é que isso acontece

ordinária é que “Language can represent complex ideas (...) at its best” no seu próprio terreno, que é o terreno das necessidades da vida quotidiana, mas, quando se trata das ideias lógico-matemáticas, “the very abstract simplicity of the ideas (...) defeats language” (*IDEM, ibidem*, p. 2). Donde, a necessidade de uma outra linguagem, como a dos *Principia*. *Não há aqui, portanto, qualquer crítica dos supostos defeitos da linguagem ordinária em si mesma*. Russell vai mesmo ao ponto de sugerir que os *Principia Mathematica* poderiam ser escritos completamente na linguagem ordinária, só que isso implicaria uma “intolerable prolixity” no que concerne à expressão das ideias (veja-se *Idem, ibidem*, p. 2). Agora, como veremos a seguir, se é verdade que as citações que acabámos de apresentar significam que a linguagem lógico-matemática dessa obra não é, obviamente, a linguagem ordinária, *isso não quer dizer que uma tal linguagem seja uma linguagem puramente artificial ou simbólica*.

¹⁰ Deixando agora de lado os trabalhos de Russell anteriores a 1910, parece ser perfeitamente claro que não só não encontramos em lado algum essa concepção, como que também não encontramos qualquer verdadeira desconfiança da sua parte a respeito da linguagem ordinária. A perspectiva de Russell em filosofia da linguagem durante esse período, como se disse, é epistemológica e ontológica, não linguística. É o que acontece em *The Problems of Philosophy* (1912), em *Our Knowledge of the External World* (1914) ou nos ensaios reunidos em *Mysticism and Logic* (1917). Em qualquer dos casos, jamais a linguagem em si mesma nos aparece como o tema de uma investigação filosófica específica, mesmo quando se trata para Russell de justificar a sua teoria das descrições (Russell, B., *The Problems of Philosophy*, Ed. Oxford University Press, London, 1973, cap. 5, pp. 25-32). Esta é introduzida da seguinte forma: “It will be seen that among the objects with which we are acquainted are not included physical objects (as opposed to sense-data), nor other people’s minds. These things are known to us by what I call ‘knowledge by description’, which we must consider.” (*IDEM, ibidem*., p. 28) Russell refere-se, a certa altura, à ambiguidade das descrições na linguagem ordinária em geral, mas é claro que, para ele, *não se trata de alcançar a precisão e a exactidão numa outra linguagem qualquer* através da aplicação da sua teoria das descrições, porque o objectivo essencial desta última não é de ordem linguística. Como dirá a respeito de “The fundamental principle in the analysis of propositions [não, note-se, da *análise da linguagem*] containing descriptions is (...): Every

parece, pois, impôr-se desde logo. De facto, é só na perspectiva do esclarecimento desta última questão que será possível compreender o que é que existe da filosofia de Wittgenstein na concepção de Russell, em 1918, de que uma tal linguagem é um instrumento essencial da análise lógica e ontológica da linguagem ordinária, e vice-versa, quer dizer, o que é que existe da filosofia de Russell na concepção de Wittgenstein, ainda antes do *Tractatus*, segundo a qual uma linguagem logicamente perfeita é uma linguagem ilógica e, portanto, ilegítima do próprio ponto de vista da lógica, para além de ser completamente desnecessária do ponto de vista da análise de uma linguagem ordinária que estaria “ordem, tal como está”.

proposition which we can understand must be composed wholly of constituents with which we are acquainted.” (*IDEM, ibidem*, p. 32) Deste ponto de vista, quando se trata de saber qual é “the value of philosophy” (*IDEM, ibidem*, pp. 89-94), em lado algum a *análise da linguagem* é elegida como um objectivo filosófico.-Considerações similares poderiam ser feitas a respeito de *Our Knowledge of the External World*. Aqui, como se verá de seguida, a importância da problemática epistemológica é de tal ordem que a teoria das descrições é simplesmente aludida, e a problemática da “análise das proposições”, de *The Problems of Philosophy*, tem um papel relativamente secundário no desenvolvimento da argumentação de Russell (veja-se Russell, B., *op. cit.*, Ed. Allen & Unwin, 1926, “Lecture II”, pp. 51 e ss.).-Os ensaios reunidos em *Mysticism and Logic* não trazem qualquer novidade em relação a esta teoria. Entretanto, “Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description” (publicado originalmente em 1910-1911) é interessante, porque aí, mais uma vez, é patente que a ausência de um ponto de vista propriamente linguístico na filosofia da linguagem de Russell está directamente ligada à ausência de pressuposições semânticas em geral em matéria de teoria de conhecimento ou de filosofia da ciência: “Now I am admitting, and indeed contending, that in order to discover what is actually in my mind when I judge about Julius Caesar, we must substitute for the proper name a description made up of somethings I know about him. (...) But although I think the theory that judgment consist of ideas may have been suggested in some such way, yet I think the theory itself is fundamentally mistaken. The view seems to be that there is some mental existent which may be called the ‘idea’ of something outside the mind of the person who has the idea, and that, since judgment is a mental event, its constituents must be constituents of the mind of the person judging. But in this view ideas become a veil between us and outside things—we never really, in knowledge, attain to the things we are supposed to be knowing about, but only to the ideas of those things. The relation of mind, idea, and object, on this view, is utterly obscure, and, so far as I can see, nothing discoverable by inspection warrants the intrusion of the idea between the mind and the object. (...) I therefore see no reason to believe that, when we are acquainted with an object, there is in us something which can be called the ‘idea’ of the object. On the contrary, I hold that acquaintance is wholly a relation, not demanding any such constituent of the mind as is supposed by advocates of ideas.” (RUSSELL, B., art. cit., in *Mysticism and Logic and other Essays*, Ed. George Allen and Unwin, London, 1963, pp. 160-161, subs. nossos)

O nosso problema principal, como se disse, consiste em saber porque é que a ideia de linguagem ideal, em rigor, surge apenas na filosofia de Russell em 1918. Na perspectiva a desenvolver aqui, a emergência da ideia de linguagem logicamente perfeita, nessa altura, tem como base premissas filosóficas puramente russellianas, mas não é geralmente independente da influência de Wittgenstein, porque aquilo que existia de oposto na filosofia de Wittgenstein entre 1913 e 1918 (nas “Notas sobre a Lógica” e nas “Notas ditadas a Moore na Noruega”, principalmente)¹¹ à filosofia de Russell, foi interpretado por este não como crítica ou objecção mas como algo essencialmente complementar em relação ao seu próprio pensamento. Neste sentido, é frequentemente ignorado que a primeira aparição da ideia de linguagem ideal, de facto, deve-se, não a Russell, mas ao próprio

¹¹ Ambos os trabalhos de Wittgenstein foram lidos por Russell, embora a questão de saber qual foi o seu impacto não seja muito clara. Quanto a “Notes on Logic”, uma versão dactilografada de Russell, que tem as suas próprias correcções e as de Wittgenstein, existe nos *Bertrand Russell Archives*. Existe ainda uma outra versão, manuscrita, que é a tradução inglesa (feita por Russell) de um original alemão (em quatro partes) enviado por Wittgenstein a Russell depois de um encontro entre ambos no início de Outubro de 1913 (o qual tinha como objectivo precisamente discutir as ideias de Wittgenstein nas “Notes on Logic”). É esta última versão, revista por Russell no Inverno desse ano, que foi editada posteriormente como apêndice aos *Tagebücher*. (Um relato da forma como as “Notes on Logic” chegaram até nós pode encontrar-se em McGuinness, B., “Bertrand Russell’s and Ludwig Wittgenstein’s ‘Notes on Logic’”, in *Revue Internationale de Philosophie*, nº 102, 1972, pp. 444-461.) – Quanto às “Notes dictated to G. E. Moore in Norway”, elaboradas em Abril de 1914 em estreita relação com as «Notes on Logic» (como mostrou McGuinness no trabalho citado), existe alguma evidência de que Russell só as terá lido na Primavera de 1915. Em Maio, Wittgenstein lamentará que Russell não tenha conseguido aparentemente compreender o seu pensamento nesse trabalho: “I’m extremely sorry that you weren’t able to understand Moore’s notes. I feel that they’re very hard to understand without further explanation, but I regard them essentially definitive.” E conclui: “And now I’m afraid that what I’ve written recently will be still more incomprehensible, and if I don’t live to see the end of this war I must be prepared for all my work to go for nothing.” (WITTGENSTEIN, L., *Letters to Russell, Keynes and Moore*, p. 62) Deste ponto de vista, é usual entre os comentadores da filosofia de Wittgenstein atribuir a Russell uma incompreensão total desse trabalho. Isso, seguramente, é um exagero pouco lisonjeiro para um filósofo do calibre de Russell, porque, no que concerne à recepção da obra filosófica deste (por exemplo, à teoria dos tipos ou à ideia de uma linguagem que se ocuparia das condições de possibilidade da lógica), Wittgenstein, pelo seu lado, é muito claro. A correspondência postal entre ambos mostra-nos como o conhecimento por parte de Russell da filosofia de Wittgenstein anterior ao *Tractatus* não poderia ser tão pobre como, por vezes, é sugerido pela leitura wittgensteiniana.

Wittgenstein nas «Notas ditadas a Moore» (1914).¹² Mais precisamente, deve-se a um Wittgenstein que põe em evidência certas pressuposições dos *Principia Mathematica* e dos trabalhos de Russell imediatamente subsequentes (particularmente, o manuscrito intitulado *Teoria do Conhecimento*), e que, deste ponto de vista, deu uma preciosa contribuição para a compreensão de Russell da sua própria obra filosófica, sem a qual, provavelmente, ela teria características bem diferentes logo em 1918. No caso da ideia de linguagem ideal ou «logicamente perfeita», essa contribuição é tanto mais significativa quanto é certo que uma tal ideia, criticada por Wittgenstein em 1914, vai permanecer adormecida ou em estado meramente latente na filosofia de Russell desde essa altura até 1918, data em que aparece pela primeira vez, clara e explicitamente, nas lições sobre “A Filosofia do Atomismo Lógico”. Tudo isto não quer dizer, evidentemente, que as premissas da filosofia de Russell ela mesma não sejam importantes, ou mesmo fundamentais, para explicar a emergência dessa ideia; significa, em vez disso, que não chegam ou não são suficientes para responder ao nosso problema. Tendo em mente a influência de Wittgenstein a que aludimos antes, podemos dizer que nada de verdadeiramente significativo ou essencial da filosofia de Russell anterior a 1918 permite explicar de forma positiva, *por si só*, a emergência da ideia de linguagem logicamente perfeita, porque, como dissemos, o próprio Russell parece não ter tido a consciência filosófica necessária de que, como dirá Wittgenstein em 1914, os *Principia* e outros trabalhos implicam a noção de uma discurso da lógica sobre as suas próprias condições de possibilidade, de que esse discurso é ilegítimo numa perspectiva estritamente lógica, e de que esta é, de certo modo, ideal ou logicamente perfeita em contraste com a linguagem ordinária. Acresce que a orientação predominante da filosofia de Russell até 1918 era basicamente a epistemologia e a teoria da ciência, como mostram *O Nosso Conhecimento do Mundo Externo* e *Misticismo e Lógica*, não propriamente a filosofia da linguagem, ou a linguagem considerada já não numa perspectiva simplesmente lógica, epistemológica ou psicológica, como acontecia anteriormente, mas numa perspectiva geralmente linguística. E aí, quer dizer, num contexto geralmente alheio a esta última perspectiva, não encontramos, de facto, qualquer traço da ideia de linguagem ideal. Ora, uma das características salientes da ideia de linguagem logicamente perfeita, logo em 1918, é que essa linguagem deverá constituir, *do próprio ponto*

¹² Veja-se, mais à frente, o texto das “Notes dictated to G. E. Moore in Norway”, citado na nota 15.

de vista da análise da linguagem, o instrumento fundamental da investigação filosófica nesses diversos domínios (lógica, epistemologia e psicologia).¹³

¹³ Este ponto de vista linguístico de Russell, em “The Philosophy of Logical Atomism”, é o primeiro passo da sua filosofia em direcção à emergência dessa nova perspectiva filosófica sobre a linguagem, que ele nos diz, em *My Philosophical Development*, ter surgido depois da sua prisão em 1918. “O primeiro passo”, na medida em que os outros aspectos da transformação da sua filosofia (o behaviorismo e naturalismo, por exemplo) parecem não estar presentes nesse texto. (Russell continua a insistir na crítica do behaviorismo dos “monistas neutrais”, como J. Dewey [PLA, 193], embora, a certa altura, reconheça as vantagens do monismo de W. James quanto à eliminação da noção de sujeito [ibidem].) Agora, é importante salientar, mais uma vez, que todo um conjunto de categorias filosóficas fundamentais que caracterizam esse ponto de vista linguístico são geralmente novas, isto é, aparecem praticamente pela primeira vez, com grande destaque, na filosofia de Russell, por exemplo: (1) o conceito de “vago”, ou (2) o conceito de “gramática filosófica”. (1) Russell tinha utilizado antes de 1918, nomeadamente em *Theory of Knowledge*, o primeiro conceito a propósito dos graus de certeza dos nossos juízos em geral, que são sempre, segundo ele, mais ou menos vagos: “Degrees of certainty (...) are not an ultimate property of judgments, but are derived from vagueness. We ought not to pass an uncertainty judgment that such-and-such a thing happened, but a certain judgment that something like such-and-such a thing happened.” (CP, 7, 175) Deste ponto de vista, tinha mesmo chegado a falar de “logical analysis of vagueness”: “However this may be, the relation of ‘representing’ which holds between images and sense-data, is not one-one; a whole stretch of images may be represented by a given image, and a whole stretch of images may represent a given object. This fact seems to constitute the logical analysis of ‘vagueness’.” (CP, 7, 176, sub. nosso) Mas (i) o conceito, nessa altura, parece ter um uso essencialmente epistemológico e metafísico, não, como acontece em 1918, linguístico; e, depois, (ii) ele é apenas referido de passagem, isto é, não constitui de modo algum um elemento fundamental para a compreensão da filosofia de Russell em geral. – (2) É em 1918, com efeito, que surge o conceito de “gramática filosófica” na filosofia da linguagem de Russell, isto é, a ideia de que “practically all traditional metaphysics is filled with mistakes due to bad grammar” (PLA, 234), e de que, portanto, a análise filosófica deve proceder à crítica desses erros restituindo à ontologia a sua verdadeira natureza e significado. Russell mostra a importância deste objectivo, em especial a propósito do simbolismo: “Some of the notions that have been thought absolutely fundamental in philosophy have arisen, I believe, through mistakes as to symbolism-e.g., the notion of existence, or, if you like, reality. (...) Now my own belief is that as they have occurred in philosophy, they have been entirely the outcome of a muddle about symbolism, and that when you have cleared up that muddle, you find that practically everything that has been said about existence is sheer and simple mistake, and that is all you can say about it.” (PLA, 166) Ideias como as que estão presentes neste texto, ou como aquelas que estão presentes no anterior, a respeito do conceito de “gramática filosófica”, são originais na filosofia de Russell, isto é, não se encontram em qualquer dos seus textos fundamentais anteriores a 1918.

Em “A Filosofia do Atomismo Lógico”, na verdade, Russell atesta logo no início a influência de Wittgenstein.¹⁴ Que o tenha feito com a clareza e generosidade que as suas palavras mostram, só vem dar acolhimento à sugestão que apresentámos anteriormente. Mas é evidente que não podemos aceitar geralmente o tipo de influência da filosofia de Wittgenstein que ele sugere: é manifesto que (Wi) Wittgenstein rejeitava expressamente a ideia de linguagem ideal nas “Notas ditadas a Moore” e, no fundo, a possibilidade de um discurso qualquer da lógica sobre as suas próprias condições de possibilidade. Como se dirá nesse texto:

As chamadas proposições lógicas *mostram* as propriedades lógicas da linguagem e, por consequência, do Universo, mas não *dizem* nada.

Isto quer dizer que, enquanto não se pode *ver* o que é verdadeiro olhando uma proposição propriamente dita, podem ver-se essas propriedades por simples inspeção.

É impossível dizer o que são essas propriedades, porque, para o fazer, teríamos necessidade de uma linguagem que não as possuísse, e é impossível que esta seja, *em rigor*, uma linguagem. É impossível construir uma linguagem ilógica.

Para ter uma linguagem que possa exprimir ou *dizer* tudo o que *pode* ser dito, é necessário que ela tenha certas propriedades, e, quando isto acontece, o *facto* de ela as ter não pode ser dito, nem por ela nem por *nenhuma* linguagem. Uma linguagem ilógica seria, por exemplo, uma linguagem na qual se poderia pôr um *acontecimento* num buraco.

Assim, uma linguagem que *pode* tudo expressar espelha certas propriedades do mundo por meio dessas mesmas propriedades que deve ter; e as chamadas proposições lógicas mostram essas propriedades *de maneira sistemática*.¹⁵

¹⁴ Uma confirmação suplementar é dada por uma passagem da “Lecture III”: “A very great deal of what I am saying in this course of lectures consists of ideas which I derived from my friend Wittgenstein. But I had no opportunity of knowing how far his ideas have changed since August 1914, nor whether he is alive or dead, so I cannot make any one but myself responsible for them.” (PLA, 182)

¹⁵ “Logical so-called propositions *show* [the] logical properties of language and therefore of [the] Universe, but *say* nothing. – This means that by merely looking at them you can *see* these properties; whereas, in a proposition proper, you cannot see what is true by looking at it. – It is impossible to say what these properties are, because in order to do so, you would need a language, which hadn’t got the properties in question, and it is impossible that this should be a proper language. Impossible to construct [an] illogical language. – In order that you should have a language which can express or *say* everything that *can* be said, this language must have certain properties; and when this is the case, *that* it has them can no longer be said in that language or *any* language. – An illogical language would

É ainda pacífico que, na sequência da tese anterior, (Wii) ele rejeitava nessas “Notas” a teoria dos tipos de Russell, por razões que são válidas tanto para o plano estritamente lógico-matemático como para o da aplicação dessa teoria à linguagem e à ideia de uma hierarquia de linguagens.¹⁶ E, finalmente, é não menos evidente que (Wiii) subscreve um monismo lógico no plano metodológico, quer dizer, a ideia de que é na perspectiva da lógica apenas que devemos responder aos problemas psicológico e epistemológico levantados pela filosofia da linguagem.¹⁷ Em consequência, os três principais pilares filosóficos da ideia de uma linguagem logicamente perfeita, de Russell, são claramente contestados

be one in which, e.g., you could put an *event* into a hole. – Thus a language which *can* express everything mirrors certain properties of the world by these properties which it must have; and logical so-called propositions shew *in a systematic way* those properties.” (WITTGENSTEIN, L., “Notes dictated to G. E. Moore in Norway”, in *Notebooks*, p. 107)

¹⁶ Wittgenstein, estabelecendo uma relação clara entre os aspectos que acabámos de mencionar, afirma: “This same distinction between what can be *shew* by language but not *said*, explains the difficulty that is felt about types-e.g., as to [the] difference between things, facts, properties, relations. That M is a *thing* can’t be *said*; its nonsense; but something is shew by the symbol ‘M’. In [the] same way, that a *proposition* is a subject-predicate proposition can’t be said: but its *shown* by the symbol.” E conclui, primeiro sobre a teoria dos tipos: “Therefore a THEORY of types is impossible. It tries to say something about the types, when you can only talk about the symbols. But *what* you say about the symbols is not that this symbol has that type, wich would be nonsense for [the] same reason: but you say simply: This is the symbol, to prevent a misunderstanding.” E, depois, sobre a linguagem ordinária: “It is *obvious* that, e.g., with a subject-predicate proposition, *if* it has any sense at all, you *see* the form, so soon as you *understand* the proposition, in spite of not knowing whether it is true or false. Even it there were propositions of [the] form ‘M’ is a thing’ they would be superfluous (tautologous) because what this tries to say is something which is already *seen* when you see ‘M.’” (IDEM, *ibidem*, p. 110)

¹⁷ Isso é evidente na teoria do simbolismo desenvolvida nas “Notes dictated to G. E. Moore in Norway” a respeito da natureza das proposições da lógica, que é o grande tema das mesmas. Mas é também patente (1) na análise que é feita das noções de *Bedeutung* e de *Sinn*, a propósito da relação das proposições com a realidade, e (2) numa observação final sobre as atitudes proposicionais. No primeiro caso, afirma Wittgenstein que, “if all the simples of a proposition are known, we already know that we CAN describe reality by saying that it *behaves* in a certain way to the whole proposition.” (IDEM, *ibidem*, p. 111) É suposto aqui que os “simples” são o resultado de uma análise levada ao seu termo (um tema que não é abordado pelas “Notes dictated to G. E. Moore in Norway”, mas que será objecto de uma atenção muito especial nos *Tagebücher*), e que a sua significação na proposição é dada através dos respectivos “nomes”. “The relation [a relação da proposição com a realidade] is as follows: Its *simples* have meaning = are names of simples” (IDEM, *ibidem*, p. 111). Isto significa que nós *não saímos do quadro da proposição*, e, portanto,

por Wittgenstein logo em 1914; e Russell, já o dissemos, não podia desconhecer o facto.¹⁸ Na verdade, o que acontece é que *não só não desconhece esse facto como parece adoptar consciente e deliberadamente,*

da linguagem, em ordem a saber qual é a sua *Bedeutung*. A possibilidade desta não é um assunto que possa ser resolvido “olhando” a realidade, quer dizer, abandonando a proposição ou a linguagem, e regressando depois a estas, em contraste com o que é suposto, de modo geral, pela teoria do juízo como relação múltipla que Russell defendia por altura das “Notes dictated to G. E. Moore in Norway”. Por isso, Wittgenstein afirma logo a seguir: “we compare reality with the proposition. But in our case the possibility of comparison depends upon the conventions by which we have given meanings to our simples” (*IDEM, ibidem*, p. 111), quer dizer, é um assunto da sintaxe lógica que governa o uso do signos (simples) na proposição, e não um problema epistemológico (que implicaria sair para fora da linguagem). Dá um exemplo do tipo de convenção a que se refere: “suppose we take two lines of unequal length: and say that the fact that the shorter is of the length it is to mean that the longer is of the length *it is*. We should then have established a convention as to the meaning of the shorter, of the sort we are now to give.” (*IDEM, ibidem*, p. 111) É claro, neste exemplo, que não se trata de comparação no sentido epistemológico aludido: a convenção (“the shorter is of the length it is”) estabelece ela própria a comparação (“mean that the longer is of the length *it is*”). Daqui retira Wittgenstein a conclusão fundamental que a possibilidade do “verdadeiro” e “falso” é um problema lógico, não epistemológico: “From this results that ‘true’ and ‘false’ are not accidental properties of a proposition, such that, when it has meaning, we can say it is also true or false: on the contrary, to have meaning means to be true or false : the being true or false actually constitutes the relation of the proposition to reality, which we mean by saying that it has meaning (*Sinn*).” (*IDEM, ibidem*, p. 112) (2) O segundo exemplo referido diz respeito às atitudes proposicionais. As palavras de Wittgenstein são muito breves: «The relation of ‘I believe p’ to ‘p’ can be compared to the relation of ‘p’ says (besagt) p’ to p: it is just as impossible that I should be a simple as that ‘p’ should be.” (*IDEM, ibidem*, p. 118) Wittgenstein, mais uma vez, rejeita que tenhamos que sair do domínio da linguagem e da lógica para o da mente e da psicologia em ordem a justificar as atitudes proposicionais. Trata-se, de novo, de uma crítica às posições de Russell sobre o assunto (designadamente, à sua teoria do juízo como relação múltipla).

¹⁸ A contestação, que acabámos de referir, não tinha nada de verdadeiramente incompreensível para Russell, ao contrário do que sugere o próprio Wittgenstein na carta que citámos mais acima, e, depois dele, passou a ser um “dogma” da leitura wittgensteiniana da filosofia de Russell. Na verdade, supôr que o homem que inventou a teoria dos tipos e criou os fundamentos lógico-matemáticos dos *Principia Mathematica* não percebeu as objecções de Wittgenstein contra esta teoria parece quase ridículo. A questão não está em saber se Russell percebeu *ou não* tais objecções, mas sim se ele, sempre as percebendo à sua maneira, *preferiu ignorá-las* na altura (1915), porque eram feitas a partir de premissas filosóficas completamente diferentes das suas, e a filosofia de Wittgenstein, apesar de tudo, era ainda algo a aclarar e a desenvolver (para o próprio Wittgenstein). O trabalho “The Philosophy of Logical Atomism” (1918), como veremos a seguir, é uma resposta da parte de Russell, do ponto de vista *da sua própria* filosofia, a essas objecções.

*contra Wittgenstein, as teses precisamente opostas às posições deste nas «Notas», quer dizer, adoptar a ideia de uma «linguagem logicamente perfeita» (Ri)), a ideia de uma hierarquia de linguagens que resultaria da teoria dos tipos (Rii)), e a ideia de uma estreita complementaridade entre a lógica, a psicologia e a epistemologia (Riii)). Dito por outras palavras: as razões que Wittgenstein tinha apresentado em 1914, negativamente, para justificar a sua crítica dos *Principia* e da extensão do logicismo ao âmbito do conhecimento científico-natural, são, paradoxalmente, utilizadas por Russell, positivamente, para justificar essa extensão e a sua generalização ao âmbito da filosofia da linguagem. Mas, de facto, só aparentemente essa colagem de Russell em 1918, pela negativa, às teses de Wittgenstein em 1914, é paradoxal: Russell tinha a percepção de que as investigações de Wittgenstein eram essencialmente complementares em relação às suas próprias investigações, embora o desenvolvimento daquelas parecesse realizar-se de feição geralmente oposta a estas últimas; muito especialmente, não lhe repugnavam as críticas de Wittgenstein feitas numa perspectiva estritamente lógica, porque tinha necessidade de ter ideias claras sobre essa perspectiva em ordem a aprofundar e desenvolver a sua própria concepção sobre a necessidade de uma estreita complementaridade entre a lógica, a psicologia e a epistemologia. Portanto, que Russell adopte, na sequência das «Notas ditadas a Moore», precisamente as teses opostas às de Wittgenstein não é de modo algum surpreendente.*

No que diz respeito à tese da complementaridade entre a lógica, a psicologia e a epistemologia, Russell é muito claro em 1918, mesmo quando alude implicitamente ao seu desacordo com a teoria do simbolismo de Wittgenstein:

Talvez deva dizer uma palavra ou duas sobre aquilo que compreendo por simbolismo, porque penso que algumas pessoas supõem que vocês apenas têm em mente símbolos matemáticos quando falam de simbolismo. Estou a usar o conceito num sentido que inclui toda a espécie e feitio de linguagem, de tal maneira que cada palavra é um símbolo, e também cada enunciado, e assim por adiante. Quando falo de símbolos, quero dizer que alguma coisa 'significa' algo de diferente, mas não estou preparado para vos dizer o que quero dizer com 'significação'. (...) *Penso que a noção de significação é sempre mais ou menos psicológica e que não é possível chegar a uma teoria da significação puramente lógica, nem, portanto, do simbolismo.* Penso que faz parte da própria essência da explicação daquilo que se compreende por símbolo ter em atenção coisas como o conhecer, relações cognitivas e, provavelmente também, relações de associação. Seja como for, estou convencido que *uma teoria do simbolismo não é uma coisa que possa ser*

*explicada na lógica pura sem ter em conta as várias relações cognitivas que podemos ter com as coisas.*¹⁹

Este texto é muito claro quanto à desconfiança de Russell a respeito de uma perspectiva estritamente lógica da natureza do simbolismo e à necessidade de complementar essa perspectiva (isto é, a perspectiva de Wittgenstein) com as da psicologia e da epistemologia, em claro contraste com a teoria de Wittgenstein nas “Notas ditadas a Moore”. Uma vez dito isto, é patente em “A Filosofia do Atomismo Lógico” a influência dessa perspectiva puramente lógica numa série de pontos fundamentais, particularmente nos seguintes: *i*) a reafirmação, apesar de tudo, da importância fundamental da lógica para a investigação filosófica em geral;²⁰ *ii*) o

¹⁹ “Perhaps I ought to say a word or two about what I am understanding by symbolism, because I think some people think you only mean mathematical symbols when you talk about symbolism. I am using it in a sense to include all language of every sort and kind, so that every word is a symbol, and every sentence, and so forth. When I speak of a symbol I simply mean something that ‘means’ something else, and as to what I mean by ‘meaning’ I am not prepared to tell. (...) I think that the notion of meaning is always more or less psychological, and that it is not possible to get a pure logical theory of meaning, nor therefore of symbolism. I think that it is of the very essence of the explanation of what you mean by a symbol to take account of such things as knowing, of cognitive relations, and probably also of association. At any rate I am pretty clear that the theory of symbolism and the use of symbolism is not a thing that can be explained in pure logic without taking account of the various cognitive relations that you may have to things.” (PLA, 186)

²⁰ Contudo, é do seu próprio ponto de vista, não do de Wittgenstein nas “Notes dictated to G. E. Moore in Norway”, que Russell acentua a importância da lógica. Isso é particularmente óbvio quando concebe a lógica à luz do modelo hipotético-dedutivo de explicação, logo nas primeiras páginas das “Lições”, não sem alguma ambiguidade. “The sort of premisses that a logician will take for a science, afirma ele, will not be the sort of thing which is first known or easiest known; it will be a proposition having great deductive power, great cogency and exactitude, quite a different thing from the actual premiss that your knowledge started from.” (PLA, 162) Mas, um pouco mais à frente, observa que as premissas não são puramente hipotéticas: “The things we have got to take as premisses in any kind of work of analysis are the things which appear to us undeniable-to us here and now, as we are-and I think on the whole that the sort of method adopted by Descartes is right: that you should set to work to doubt things and retain only what you cannot doubt because of its clearness and distinctness, not because you are sure not be induced into error, for there does not exist a method which will safeguard you against the possibility of error.” (PLA, 163) Russell parece ter aqui em mente para a explicação da lógica o mesmo modelo com que concebeu a sua filosofia da matemática alguns anos antes. (Veja-se Russell, B., “The Regressive Method of Discovering the Premises of Mathematics”, in *Essays in Analysis*, Ed. George Allen and Unwin, London, 1973, pp. 272-283.) Esta concepção da lógica difere da de Wittgenstein num ponto essencial: é que as premissas da

postulado da análise e suas implicações lógicas e epistemológicas (a noção de complexo, a teoria dos nomes, a importância da distinção entre forma lógica e forma proposicional aparente);²¹ e *iii*) a importância da natureza

lógica, a que Russell se refere, não são elas próprias estritamente lógicas, quer dizer, *são premissas que relevam da psicologia e da epistemologia*. A base da lógica, concebida à luz do modelo que citámos antes, não é apenas a linguagem ordinária ou o conhecimento científico, mas, em geral, aquela relação do homem com o mundo de que se ocupa a teoria do conhecimento. -Uma vez dito isto, há um certo eco, nas “Lições” de 1918, não da concepção da lógica de Wittgenstein propriamente dita, mas de certas expressões, correntes na sua correspondência com Russell, a respeito da extrema dificuldade dessa concepção. Alguns exemplos da parte de Wittgenstein. Em Dezembro de 1913: “It’s extraordinary, isn’t it, what a huge and infinitely strange science logic is? Neither you nor I knew that, I think, a year and a half ago.” (WITTGENSTEIN, L., *Letters to Russell, Keynes and Moore*, p. 45) Em Julho de 1914: “(...) Perhaps you regard this thinking about myself as a waste of time-but how can I be a logician before I’m a human being! Far the most important thing is to settle accounts with myself.” (*IDEM, ibidem*, p. 58) Ou em Março de 1919, anunciando o *Tractatus*: “I can’t write on Logic as I’m not allowed to write more than 2 cards (15 lines each) a week. I’ve written a book which will be published as soon as I get home. I think I have solved our problems finally.” (*IDEM, ibidem*, p. 66) Russell, pela sua parte, observará: “One of the difficulties of the study of logic is that it is exceedingly abstract study dealing with the most abstract things imaginable, and yet you cannot pursue it properly unless you have a vivid instinct as to what is real. You must have that instinct rather well developed in logic. I think otherwise you will get into fantastic things. I think Meinong (...)” (*PLA*, 196, sub. nosso). Mas, como se pode constatar neste texto, não é o carácter abstracto, que Russell tem em mente, que faz difícil a lógica para Wittgenstein. Para Russell, “abstracto” significa que o pensamento lógico parte de um “instinto penetrante quanto àquilo que é real”, isto é, parte e abstrai do real, porque este constitui a base essencial em que assenta a lógica e, em certa medida, está implícito nela (através das premissas psicológicas e epistemológicas da mesma, por exemplo); para Wittgenstein, em contraste, a lógica é, de facto, uma ciência puramente *a priori*, num sentido que não é muito diferente daquele que Kant tinha a respeito da lógica na “Lógica Transcendental” da *Kritic der reinen Vernunft*. O esforço requerido não é, pois, o da abstracção (indutivamente concebida a partir do “real”), mas o da investigação teórica pura.

²¹ A nota mais distintiva de todos os aspectos que referimos, apesar de tudo, é a interpretação caracteristicamente psicológica e epistemológica, por parte de Russell, dos mesmos. Começemos por aí. No decurso da segunda lição, Russell apresenta duas “provisional definitions” dos objectivos da análise que estão geralmente de acordo com a teoria que Wittgenstein defende nas “Notes dictated to G. E. Moore in Norway”: “That the components of a proposition are the symbols we must understand in order to understand the proposition. – That the components of the fact which makes a proposition true or false, as the case may be, are the meanings of the symbols which we must understand in order to understand the proposition.” (*PLA*, 174) Há nestas definições um eco da teoria das “Notes dictated to G. E. Moore in Norway” a respeito da distinção entre *Bedeutung* and *Sinn*,

quando Wittgenstein afirma: “to have meaning *means* to be true or false: the being true or false actually constitutes de relation of the proposition to the reality, which we mean by saying that it has meaning (*Sinn*).” (WITTGENSTEIN, L., “Notes dictated to G. E. Moore in Norway”, in *op. cit.*, p. 112) Mas tanto uma como outra definição são encaradas geralmente por parte de Russell, em 1918, nessas perspectivas psicológica e epistemológica que começámos por referir. É o que Russell esclarece logo a seguir: “I call these definitions *preliminary* because they start from the complexity of the proposition, *which they define psychologically*, and proceed to the complexity of the fact, whereas it is quite clear that in an orderly, proper procedure it is the complexity of the fact that you would start from.” E continua, pondo em relevo agora o sentido epistemológico da análise: “It is also clear that the complexity of the fact cannot be something merely psychological. If in astronomical fact the earth moves round the sun, that is genuinely complex, it is a sort of genuine objective complexity, and therefore on ought in a proper, orderly procedure to start from the complexity of the world and arrive at the complexity of the proposition. The only reason for going the other way round is that in all abstract matters symbols are easier to grasp. I doubt, however, whether complexity, in that fundamental objective sense in which one starts from complexity of a fact, is definable at all. You cannot analyze what you mean by complexity in that sense. You must apprehend it” (PLA, 175) Esta última teoria, segundo a qual o complexo é, em certo sentido, indefinível, é algo que o próprio Wittgenstein defende no decurso dos *Tagebücher*, por vezes com uma linguagem russelliana: “Even though we have no acquaintance with simple objects we do know complex objects by acquaintance, we know by acquaintance that they are complex.” (WITTGENSTEIN, L., *Notebooks*, p. 50e) Mas o problema não está aí; consiste, obviamente, no facto que Wittgenstein rejeita, em geral, quer a análise psicológica das proposições quer a epistemológica, e, portanto, é com as premissas da sua própria filosofia que Russell interpreta as duas “definições preliminares” acima referidas. - Uma vez dito isto, Russell reconhece, no decurso das “Lições”, a importância da versão lógica da análise das proposições. Respondendo a uma pergunta de Carr, afirma: “No facts are simple. (...) that is, of course, a question that might be argued-whether when a thing is complex it is necessary that it should in analysis have constituents that are simple. *I think it is perfectly possible to suppose that complex things are capable of analysis 'ad infinitum', and that you never reach the simple.* I do not think it is true, but it is a thing that one might argue, certainly. I do myself think that complexes-I do not like to talk of complexes-but that facts are composed of simples, but I admit that it is a difficult argument, and it might be that analysis go on forever.” (PLA, 180, sub. nosso) Uma perspectiva lógica similar tinha sido apresentada anteriormente nas “Lições” a propósito dos símbolos para os simples: “It is hardly necessary to observe that one does not define a thing but a symbol. (A ‘simple’ symbol is a symbol whose parts are not symbols.) A simple symbol is quite a different thing from a simple thing. Those objects which it is impossible to symbolize otherwise than by simple symbols may be called ‘simple’, while those which can be symbolized by a combination of symbols may be called ‘complex.’” (PLA, 173) Mas aqui, mais uma vez, o paradigma da análise, para Russell, é essencialmente epistemológico: “All analysis is only possible in regard to what is complex, and it always depends, in the last analysis, upon direct acquaintance with the objects which are the meanings of certain simple symbols.” (*Ibidem*)

do simbolismo e da interpretação sintáctica do mesmo para a análise das proposições em geral e do problema da sua relação com o mundo.²² Mas, no conjunto e a despeito das constantes alusões de Russell a Wittgenstein, é perfeitamente claro que se trata da filosofia daquele e não meramente de um desenvolvimento, pela sua parte, de perspectivas deste.

Quanto à ideia de uma linguagem logicamente perfeita, parece evidente que grande parte das razões que levaram Russell, na “Introdução” ao *Tractatus*, a falar de uma tal linguagem, são igualmente válidas para as “Notas ditadas a Moore”, sobretudo aquelas que se ocupam das condições a que deve obedecer o simbolismo lógico em ordem a ser sintacticamente correcto, e as que dizem respeito ao esqueleto de uma lógica que vai das proposições atómicas às proposições gerais a partir de um conjunto de operações fundamentais. Contudo, a necessidade de uma linguagem logicamente perfeita resulta ela própria já claramente da tese sobre a complementaridade entre a lógica, a psicologia e a epistemologia: se a lógica, como sugere aliás o próprio Wittgenstein da sua perspectiva particular, deve ocupar-se da teoria da significação nos seus diferentes planos, mas ela, entretanto, é essencialmente limitada para o efeito, então essa mesma linguagem “ilógica”, criticada nas “Notas”, pode constituir o instrumento essencial de uma tal investigação, uma vez que, ao contrário do que acontece nesse trabalho (e virá a acontecer no *Tractatus*), pode ser interpretada psicológica e epistemologicamente. Deste ponto de vista,

²² Este parece ser um aspecto fundamental da influência das “Notes dictated to G. E. Moore in Norway”, porque a problemática do simbolismo (encarada, é certo, de um ponto de vista estritamente lógico) é o grande tema desse trabalho de Wittgenstein. Quanto aos dois aspectos: (1) a noção de sintaxe, e (2) a natureza do simbolismo. (1) O primeiro é apenas meramente aludido por Russell, e, provavelmente, o facto revela que essa alusão não traduz qualquer verdadeira influência da parte de Wittgenstein. Ele observa: “You can understand a proposition when you understand the words of which it is composed even though you never heard the proposition before. That seems a very humble property, but its a property which marks it as complex and distinguishes it from words whose meaning is simple. When you know the vocabulary, grammar, and syntax of a language, you understand a proposition in that language even though you never saw it before. In reading a newspaper, for example, you become aware of a number of statements which are new to you, and they are intelligible to you immediately, in spite of the fact that they are new, because you understand the words of which they are composed.” (PLA, 172) Não conseguimos encontrar textos anteriores de Russell (aí incluindo os *Principia Mathematica*, 1910-1913) onde o conceito de “sintaxe” seja empregue expressamente e utilizado no sentido convencionalista que parece estar em questão no texto citado. (Por exemplo, em *Our Knowledge of the External World* existe uma passagem muito semelhante àquela que citámos, a diferença essencial consistindo em que não se faz aí qualquer alusão à noção de sintaxe. Veja-se

Russell, B., *op. cit.*, pp. 52-53.) A noção de que a lógica é um sistema de signos fundamental que obedece a uma sintaxe própria, é uma ideia essencial das “Notes dictated to G. E. Moore in Norway”, e, sobretudo, do *Tractatus*, onde é estendida aos sistemas de signos, em geral, e interpretada quer num sentido claramente ontológico quer num sentido linguístico; e é possível, pois, que essa ideia tenha sugestionado Russell entre 1915 e 1918. Contudo, em lado algum de “The Philosophy of Logical Atomism” ela é aplicada à lógica como “linguagem”. Tal só acontecerá no princípio dos anos vinte, na sequência do impacto do *Tractatus*. – (2) A perspectiva de Russell, mais uma vez, difere essencialmente da de Wittgenstein, porque para ele, como dissemos mais acima, a *problemática do simbolismo deve ser encarada à luz da psicologia e da epistemologia*. Podemos ver que assim é a respeito (i) da teoria segundo a qual as proposições são símbolos incompletos, da (ii) teoria sobre a existência objectiva dos factos negativos, e (iii) da teoria sobre as atitudes proposicionais. Apenas algumas observações sobre cada um destes tópicos: (i) A teoria de que as proposições são símbolos incompletos (isto é, de que as proposições da lógica, não menos do que as proposições da linguagem ordinária, não existem enquanto tal independentemente da mente e a sua análise é sempre contextual), é defendida no decurso da quarta lição, e está em clara oposição, obviamente, à teoria de Wittgenstein, primeiro, nas “Notes dictated to G. E. Moore in Norway”, e, depois, no *Tractatus*: “I am talking about the theory that there is something quite logical, something not involving the mind in any way” (PLA, 197), diz Russell de modo geral e, em princípio, não tendo Wittgenstein, na altura, ainda em vista (ao contrário do que acontecerá depois do *Tractatus*). E, a seguir, introduz a sua própria teoria: “(...) in all cases [proposições da lógica, proposições da linguagem ordinária] you are not to regard belief as a two-term relation between yourself and a proposition, and you have to analyze up the proposition and treat your belief differently. Therefore the belief does not really contain a proposition as a constituent but only the constituents of the proposition as constituents.” (*Ibidem*) (ii) A teoria sobre a existência objectiva dos factos negativos é analisada justamente na sequência da teoria das proposições como símbolos incompletos (encontramos referências à primeira teoria ao longo de todas as lições, mas as passagens a que nos referimos são, sem dúvida, as fundamentais). – Nas “Notes dictated to G. E. Moore in Norway”, Wittgenstein rejeitava já, implicitamente, a existência objectiva de factos negativos a propósito da significação das constantes lógicas. A teoria de Wittgenstein é que elas não representam (ou “simbolizam”) verdadeiramente quaisquer propriedades do real: “the logical constants seem to be complex-symbols; but on the other hand, they can be interchanged with one another. They are not therefore really complex; what symbolizes is simply the general way in which they are combined.” (WITTGENSTEIN, L., “Notes dictated to G. E. Moore in Norway”, in *Notebooks*, p. 117) Aplicada à negação, esta teoria significa evidentemente que a negação de uma proposição não implica a existência de um facto negativo no real. A teoria do próprio Russell, em 1918, admitindo provocadoramente a existência objectiva dos factos negativos, parte de premissas diferentes. Na verdade, não é porque ele pense que as constantes lógicas, em certo sentido, representam ou simbolizam (Russell admite implicitamente, na “Introdução” à segunda edição de *The Principles of Mathematics* [Ed. Routledge, London, 1992, pp. 13 e ss.] que defendeu esta teoria até à segunda edição dos *Principia Mathematica*, embora na «Lições» observe, de passagem, que “words (...) like ‘or’ and ‘not’ are parts of propositions without corresponding to any part of the corresponding facts” [PLA, 175]); nem porque não esteja consciente

Russell seguramente subscreveria a ideia de Wittgenstein, segundo a qual é ilegítimo um discurso da *lógica* sobre as suas próprias condições de possibilidade, no sentido em que a perspectiva puramente lógica é essencialmente limitada, pelas razões já referidas. Mas *certamente acrescentaria que um tal discurso é perfeitamente legítimo à luz de uma hierarquia de linguagens concebida a partir de premissas psicológicas e epistemológicas*, porque, neste caso, não só a lógica pode falar dela mesma no seu próprio quadro (teoria dos tipos) mas, sobretudo, pode falar de si própria de outras perspectivas (as da psicologia e da epistemologia, precisamente).²³ Neste contexto, é evidente que a aplicação da teoria dos tipos

das dificuldades, no plano lógico, que acarreta a admissão da existência objectiva de factos negativos, mas porque, do ponto de vista psicológico e epistemológico, não vê outra alternativa: "When, e.g., you have a false positive proposition, say 'Socrates is alive', it is false because of a fact in the real world. A thing cannot be false except because of a fact, so that you find it extremely difficult to say exactly what happens when you make a positive assertion that is false, unless you are going to admit negative facts." (PLA, 190) Contudo, um ano mais tarde, em "On Propositions: What They Are and How They Mean" (CP, 8, 20, 278-306), Russell concluirá pela não existência objectiva dos factos negativos, restringindo a existência desses factos apenas às atitudes proposicionais. Finalmente, quanto a estas, mais uma vez a teoria defendida por Russell, em 1918, está em claro contraste com a teoria sugerida no último parágrafo das "Notes dictated to G. E. Moore in Norway": "The relation of 'I believe p' to 'p' can be compared to the relation of 'p' says (besagt) p' to p: it is just impossible that I should be a simple as that 'p' should be." (WITTGENSTEIN, L., in *op. cit.*, p. 118) As mesmas razões que Russell apresenta para justificar a sua teoria do juízo como relação múltipla e a ideia de que as proposições são símbolos incompletos, levá-lo-fam seguramente a rejeitar a redução linguística das atitudes proposicionais que faz Wittgenstein nas "Notes". Mas nas «Lições» de 1918, Russell, ao que parece, não se apercebeu completamente do contraste entre as suas teorias e as de Wittgenstein. Logo depois de ter apresentado uma parte importante das primeiras, a propósito justamente da "logical form of a belief" (PLA, 198 e ss.), afirma surpreendentemente: "(...) nothing that occurs in space is of the same form as belief. I have got on here to a new sort of thing, a new beast for our Zoo, not another member of our former species but a new species. *The discovery of this fact is due to Mr. Wittgenstein.*" (PLA, 199, sub. nosso) Como se disse mais acima, este é um tema ao qual os dois filósofos vão regressar alguns anos mais tarde: Wittgenstein, no próprio texto do *Tractatus*, e Russell quer na "Introdução" a esta obra quer em trabalhos posteriores.

²³ Aludimos aqui ao que poderemos chamar a *interpretação onto-epistemológica* da linguagem logicamente perfeita, que importa distinguir claramente da *interpretação propriamente linguística* dessa linguagem. Esses conceitos, evidentemente, não são de Russell; mas o facto é irrelevante de um ponto de vista metodológico. Limitando-nos, por agora, às «Lições» sobre a filosofia do atomismo lógico, de 1918, as considerações seguintes parecem-nos absolutamente necessárias. A interpretação linguística é aquela mesma na perspectiva da qual uma linguagem lógico-matemática, como a dos *Principia*,

é considerada simbólica ou linguisticamente, e é susceptível de uma construção no plano formal. Que Russell, entretanto, não interpreta a sua hierarquia de tipos apenas desse ponto de vista, é algo muito claro. Várias passagens das «Lições» sugerem a possibilidade de uma outra interpretação dessa hierarquia, na perspectiva da qual ela possui um fundamento ontológico no real, quer dizer, de acordo com a qual as linguagens-tipo expressam, de certo modo, uma hierarquia ontológica do próprio real, que tem uma tradução psicológica e epistemológica essencial (uma vez que a hierarquia é relativa ao sujeito de conhecimento). Em 1918, como se disse, é patente que a linguagem logicamente perfeita não se reduz apenas ao plano linguístico: a estrutura da hierarquia de tipos é concebida segundo os moldes da doutrina do atomismo lógico e, deste último ponto de vista, segundo o esqueleto de uma lógica que vai das proposições atômicas às moleculares, e, destas últimas, às proposições gerais. É evidente que, assim interpretada, a hierarquia de tipos é simultaneamente uma hierarquia psicológica e epistemológica, e que as premissas da “lógica” (isto é, as premissas que nos permitem explicar a própria hierarquia), no sentido russelliano do conceito, não são apenas lógicas, mas, em geral, psicológicas e epistemológicas. (A questão de saber como é que a hierarquia de tipos do *Principia* se adapta a este esquema das “Lições”, é uma outra questão, que tem a ver com a interpretação dos próprios *Principia*. Vamos sugerir, mais adiante, que esta leitura aplica-se *mutatis mutandis* a essa obra, e que podemos distinguir igualmente, nos *Principia*, estes dois tipos de interpretação a que nos referimos. Mais precisamente: é assim que Russell, em 1918, lê os *Principia*.) É geralmente de acordo com esta interpretação ontológica, psicológica e epistemológica da hierarquia de tipos que Russell desenvolve a sua argumentação nas “Lições”. Mesmo quando reduz a hierarquia a uma “theory of symbols, not of things”, ele está a subentender, manifestamente, que os símbolos significam coisas, isto é, expressam uma relação de significação para “coisas” que são diferentes em cada tipo da hierarquia: “The theory of types is really a theory of symbols, not of things. In a proper logical language it would be perfectly obvious. The trouble that there is arises from our inveterate habit of trying to name what cannot be named. If we had a proper logical language, we should not be tempted to do that. Strictly speaking, only particulars can be named. In that sense in which there are particulars, you cannot say either truly or falsely that there is anything else.” (*PLA*, 232) Mas, na discussão com Carr, ele é mais explícito: “All those statements [da hierarquia] are about symbols. There are never about the things themselves, and they have to do with ‘types’. (...) You can always only get at the thing you are aiming at by the proper sort of symbol, which approaches it in the appropriate way. That is the real philosophical truth that is at the bottom of all this theory of types.” (*Ibidem*, sub. nosso) A hierarquia não é, pois, estritamente lógica (ou linguística), mas é concebida por Russell num sentido verdadeiramente ontológico. Uma vez que a significação do simbolismo é algo relativo, em última análise, a cada tipo assim interpretado, Russell tem que concluir: “There is not one single concept of ‘meaning’ as one ordinary thinks there is, so that you can say in a uniform sense ‘All symbols have meaning’, but there are infinite numbers of different ways of meaning, i. e. different sorts of relation of the symbol to the symbolized, which are absolutely distinct.” (*Ibidem*) E exemplifica: “The relation, e.g., of a proposition to a fact, is quite different from the relation of a name to a particular, as you can see from the fact that there are two propositions always related to one given fact, and that is not so with names. That shows you that the relation that the proposition has to the fact is quite different from the relation of a name to a particular.” (*Ibidem*)

à ideia de uma linguagem logicamente perfeita, rejeitada por Wittgenstein nas «Notas», não só não constitui um verdadeiro problema para Russell como parece mesmo ser requerida para que essa linguagem seja possível.

Russell reinterpreto à luz da sua própria filosofia a teoria de Wittgenstein sobre a impossibilidade de uma linguagem ideal num outro ponto essencial: as condições a que se deve subordinar a nossa representação do simbolismo em geral em ordem a que seja logicamente correcto. A conexão entre a “linguagem ilógica”, das “Notas ditadas a Moore”, e a problemática do simbolismo é clara: aquilo que os símbolos representam mostra-se na própria natureza do simbolismo e não pode ser objecto, portanto, de uma justificação discursiva no quadro de uma tal linguagem. Já vimos que Russell não podia aceitar o argumento de Wittgenstein a respeito da impossibilidade dessa linguagem e que, em parte pelas mesmas razões, também não podia subscrever geralmente a teoria puramente lógica a respeito do simbolismo desenvolvida nas “Notas”. Entretanto, em 1918 presumia ter algumas razões para poder atribuir a sua concepção da natureza do simbolismo na linguagem ordinária às ideias do próprio Wittgenstein.

Nas “Notas ditadas a Moore” é patente que a explicação da possibilidade da representação nos sistemas de signos em geral, aí incluindo a própria lógica, é um problema puramente lógico ou sintáctico, não semântico. Em particular, se este ou aquele tipo de proposições é indeterminado semanticamente, o facto deixa-se explicar por razões estritamente sintácticas.²⁴ E, deste ponto de vista, a linguagem ordinária está já «em ordem,

²⁴ Wittgenstein recorda-o, a propósito do “*Use of logical propositions*. You may have one so complicated that you cannot, by looking at it, see that it is a tautology; but you have shewn that it can be derived by certain operations from certain other propositions according to our rule for constructing tautologies; and hence you are enabled to see that one thing follows from another, when you would not have been able to see it otherwise.” (WITTGENSTEIN, L., “Notes dictated to G. E. Moore in Norway”, in *op. cit.*, p. 111) Num outro contexto, o da linguagem ordinária precisamente, Wittgenstein sugere essa mesma ideia a propósito da relação entre os dois tipos de indeterminação: “The reason why, e.g., it seems as if ‘Plato Socrates’ might have a meaning, while ‘Abracadabra Socrates’ will never be suspected to have one, is because we know that ‘Plato’ has one, and do not observe that in order that the whole phrase should have one, what is necessary is *not* that ‘Plato’ should have one, but that the fact that ‘Plato’ is to the left of a name should.—The reason why ‘The property of not being green is not green’ is nonsense, is because we have only given meaning to the fact that ‘green’ stands to the right of a name; and ‘the property of not being green’ is obviously not *that*.” (*IDEM, ibidem*, p. 111)

tal como está» para Wittgenstein em 1914.²⁵ Mas é também muito claro que, nem nesta altura nem, na realidade, nos *Apontamentos* (1914-1916), Wittgenstein tinha desenvolvido uma abordagem clara da relação entre a lógica e a problemática da linguagem ordinária, quer desse ponto de vista sintáctico, de que acabámos de falar, quer, sobretudo, do ponto de vista ontológico. Uma das consequências desta situação, no que concerne ao postulado da análise, é que, dada a rejeição de uma teoria das construções lógicas para explicar o complexo, como a teoria de Russell, e, fundamentalmente, dada a ausência de uma fundamentação ontológica da noção de sintaxe lógica (que só o *Tractatus*, três anos depois, virá oferecer), a indeterminação semântica aparece como uma marca mais ou menos irreduzível e insuperável da linguagem ordinária.²⁶ Seguramente, o facto não podia deixar de sugestionar a atenção de Russell, ao encontro, aliás,

²⁵ Esta tese, como se recorda, é uma consequência fundamental da teoria do mostrar, tanto nas “Notes dictated to G. E. Moore in Norway” como, aliás, no próprio *Tractatus*. Mas isso, é importante recordá-lo, é algo que nós sabemos hoje em dia, oitenta e cinco anos depois do *Tractatus*. Não era uma interpretação de Russell, em 1918 pelo menos (isto é, três anos depois das “Notes”), como veremos de seguida. Na verdade, a importância da ideia de que a linguagem “está em ordem, tal como está”, é dificilmente dissociável da evolução da filosofia analítica até aos nossos dias, e, particularmente, da filosofia analítica inglesa da linguagem ordinária nos anos cinquenta e sessenta, para a qual essa ideia constituiu, de certo modo, uma imagem de marca essencial.

²⁶ Isso é evidente em certas passagens dos *Tagebücher*, como a de 24. 05.1915 (*Notebooks*, p. 50e). O interesse de Wittgenstein pela problemática do complexo, nesse trabalho (isto é, entre 1914 e 1916), é geralmente lógico e linguístico, não ontológico. Do ponto de vista lógico, esse interesse consiste em mostrar que a existência do complexo exige a “determinação do sentido”, como esse trabalho afirma antecipando o *Tractatus* (*Notebooks*, 18. 06. 1915, p. 63e; *TLP*, 3-23), e a explicação sugerida por Wittgenstein é, fundamentalmente, lógico-sintáctica, não a explicação do atomismo lógico do *Tractatus*, com todo o seu aparato conceptual dos “objectos”, “estados de coisas”, etc.. Do ponto de vista linguístico, o interesse de Wittgenstein consiste em mostrar que o complexo é inofensivo semanticamente. Como ele dirá, tendo em mente um dado enunciado sobre um complexo, “vagueness (...) can be justified. (...) If someone were to drive me into a corner in this way in order to shew that I did not know what I meant, I should say: I know what I mean; I mean just THIS, pointing to the appropriate complex with my finger. And in this complex I do actually have the two objects in a relation.-But all that this really means is: The fact can SOMEHOW be portayed bu means of this form too.” (*Notebooks*, p. 70e) Agora, como conciliar o postulado da “determinação da significação”, ou da análise, com a ideia de que o complexo é inofensivo semanticamente? A resposta a esta questão, evidentemente, é algo que Wittgenstein só dará no *Tractatus*, quer dizer, é um problema da versão pura do atomismo lógico. Entretanto, o ponto essencial para nós (pensando em Russell) é que (se abstraírmos tanto quanto possível da solução do *Tractatus*) os *Tagebücher* (e particularmente

de certas indicações ambíguas de Wittgenstein sobre o assunto nas «Notas sobre a Lógica».²⁷ Quer dizer, Russell parece ter encontrado, por volta de 1918, na filosofia de Wittgenstein uma defesa (pelo menos *implícita*) da sua própria concepção, nessa altura, de que a significação em geral, e a significação na linguagem ordinária em particular, é vaga por natureza e sempre mais ou menos indeterminada. Mas parece também ser claro que ele próprio não possuía ainda uma noção suficientemente precisa da noção de vago, uma vez que a identifica quer com a simples generalidade linguística quer com a subjectividade que caracterizará inevitavelmente o uso pessoal da linguagem quer com uma indeterminação propriamente semântica, que decorre da mediação feita linguagem ela mesma entre as nossas representações em geral e o mundo.²⁸ (É nesta perspectiva semântica, já o dissemos, que o conceito de vago começa a ser utilizado por Russell a partir de 1920-1921.) A consequência de tudo isto foi que o conceito de vago, e a sua conexão com a ideia de uma linguagem logicamente perfeita, se tornaram, a partir de 1918, um tema absolutamente central na filosofia de Russell. Em 1918, a conexão referida é analisada geralmente apenas de um ponto de vista linguístico, e é suposto, portanto, que o carácter logicamente perfeito de uma tal linguagem resulta da introdução pela sua parte, através da análise, da «precisão» e «exactidão» que falta na linguagem ordinária devido à existência do vago. Contudo,

aquelas passagens dos mesmos que dizem respeito à noção de complexo logicamente interpretada) podem ser encarados como traduzindo uma desconfiança mais ou menos patente a respeito da linguagem ordinária, porque a ideia de que a linguagem ordinária “está em ordem, tal como está” (isto é, que o complexo é inofensivo semanticamente) não chega a ser verdadeiramente justificada de um ponto de vista filosófico.

²⁷ Af Wittgenstein afirmará: “*Distrust of grammar is the first requisite for philosophizing*. Philosophy is the doctrine of the logical form of scientific propositions (not primitive propositions only). A correct explanation of the logical propositions must give them a unique position as *against all other propositions*.” (WITTGENSTEIN, L., “Notes in Logic”, in *op. cit.*, p. 93, sub. nosso) Deste ponto de vista, e no que concerne à noção de complexo em 1913, Wittgenstein salienta mais a importância do postulado da análise do que a tese linguística (ou semântica) a seu respeito. Observa com algum interesse, se pensarmos no novo ponto de vista que o *Tractatus* vai oferecer posteriormente: “Every statement about complexes can be resolved into the logical product of a statement about the constituents and a statement about the proposition which describes the complex completely. *How, in each case, the resolution is to be made, is an important question, but its answer is not unconditionally necessary for the construction of logic*. To repeat: every proposition which seems to be about a complex can be analyzed into a proposition about its constituents and about the proposition which is equivalent to saying the complex exist.” (*IDEM, ibidem*, p. 99, sub. nosso)

²⁸ Veja-se, mais acima, notas 8 e 9.

como veremos mais abaixo, este tipo de suposição é perfeitamente secundário para Russell, e não é por qualquer razão de natureza linguística que a linguagem logicamente perfeita é «logicamente perfeita», nem em 1918 nem posteriormente.

Temos vindo a argumentar que uma parte substancial das razões que conduziram Russell à ideia de uma linguagem logicamente perfeita tem uma relação muito estreita com a influência de Wittgenstein na sua filosofia entre 1914 e 1918; mais precisamente, sugerimos que “A Filosofia do Atomismo Lógico” constitui claramente uma rejeição, por parte de Russell, da tese fundamental da filosofia de Wittgenstein nas “Notas ditadas a Moore”: a impossibilidade de uma linguagem lógica ideal onde nos seriam apresentadas as condições a que se deve subordinar a representação no simbolismo em geral. Deste modo, parece-nos cair completamente pela base a teoria da leitura wittgensteiniana da filosofia de Russell, segundo a qual essas “Notas” não teriam tido qualquer influência no seu pensamento, porque Russell, no fundo, não as teria compreendido. De facto, o que aconteceu parece ter sido bem diferente: Russell foi levado, em parte pelas razões que o próprio Wittgenstein apresenta na defesa das suas teses (e, particularmente, a que diz respeito à ilegitimidade de um discurso da lógica sobre as suas próprias condições de possibilidade), a adoptar as teses geralmente opostas. Mas importa ver, agora, em que medida é que certos factores internos da evolução da filosofia do próprio Russell, entre 1914 e 1918, estão também na origem da ideia de linguagem logicamente perfeita.

O factor essencial, deste ponto de vista, diz respeito à falta de uma unidade suficientemente coerente dessa filosofia no período considerado. De facto, parece faltar aí uma ideia organizadora das relações entre as diferentes teorias ou doutrinas de Russell em matéria de teoria do conhecimento, de epistemologia da ciência e de filosofia da linguagem; e é precisamente uma tal ideia, sugerimos nós, que a linguagem logicamente perfeita apresenta a partir de 1918. O problema não diz respeito directamente à relação que têm entre si a teoria da *acquaintance*, a teoria das construções lógicas e a teoria das descrições, mas, basicamente, à relação entre essas teorias e a doutrina do atomismo lógico propriamente dita, – doutrina que, segundo *O Nosso Conhecimento do Mundo Externo*, é a concepção fundamental da “nova lógica” de Russell.²⁹ Existe, nesse

²⁹ Veja-se Russell, B., *Our Knowledge of the External World*, pp. 52 e ss. (“Lecture II: Logic as the Essence of Philosophy”). Russell só utiliza conceito “atomismo lógico”, nesse livro, uma única vez, quando caracteriza e distingue o filósofo do “atomismo lógico” do filósofo da tradição clássica de Kant e de Hegel, e da tradição mais recente de H. Spen-

livro, uma falta de conexão evidente entre uma tal doutrina e as referidas teorias, da qual o próprio Russell não parece ter-se apercebido suficientemente, apesar das suas reiteradas afirmações a respeito da originalidade e virtualidades da «nova lógica». Ele expõe alguns aspectos da doutrina do atomismo lógico na «Segunda Lição», mas, a partir daí, quando se trata de desenvolver a sua epistemologia da ciência, tudo se passa como se ele a dispensasse completamente, porque não teria qualquer necessidade dela. É suposto na doutrina do atomismo lógico, por exemplo, que o conhecimento em questão na *acquaintance* se reporta a proposições e a factos atômicos, mas na argumentação de Russell a *acquaintance* reporta-se directamente aos seus objectos no mundo (os dados dos sentidos, no que concerne aos particulares, e as “formas”, no que diz respeito às relações), não a proposições ou a factos atômicos.³⁰ É suposto ainda *nessa doutrina* (“Lecture II”) que os factos e as proposições gerais, de que se ocupa a lógica, têm como base precisamente os factos e as proposições atômicas, mas a conexão entre esses factos no seu conjunto, como partes do esqueleto ontológico da lógica, a epistemologia da ciência (teoria das construções lógicas) e a filosofia da linguagem (teoria das descrições) é praticamente ignorada.³¹ Como mostra

cer, W. James e H. Bergson. Ele parece mesmo hesitar na utilização desse conceito: “The third type, which may be called ‘logical atomism’ for want of a better name, has gradually crept into philosophy through the critical scrutiny of mathematics. This type of philosophy, which is the one that I wish to advocate, has not as yet many adherents, but the ‘new realism’ which owes its inception to Harvard is very largely impregnated with its spirit. It represents, I believe, the same kind of advance as was introduced into physics by Galileo: the substitution of piecemeal, detailed, and verifiable results for large untested generalities recommended only by a certain appeal to imagination.” (*IDEM, ibidem*, 14) (Aparentemente, esta é a primeira vez que o conceito de “atomismo lógico” é utilizado expressamente para caracterizar a filosofia de Russell.)

³⁰ Veja-se *Idem, ibidem*, p. 74. Russell afirma, por exemplo: “What does not go beyond our own personal sensible acquaintance must be for us the most certain: the ‘evidence of the senses’ is proverbially the least open to question.” E, mais adiante: “the immediate facts perceived by sight or touch or hearing do not need to be proved by argument, but are completely self-evident.” (*IDEM, ibidem*, 75) Trata-se aqui de “dados de sentidos” e de “factos imediatos”, não de “factos atômicos” e, sobretudo, de “proposições atômicas”, como seria de esperar, depois do que Russell disse na “Lecture II”, introduzindo a filosofia do atomismo lógico. Isto ilustra bem o que dissemos mais acima a propósito da *ausência de um ponto de vista propriamente linguístico* na filosofia de Russell até 1918 e as «Lições» sobre a filosofia do atomismo lógico em particular.

³¹ A teoria das descrições, de facto, é praticamente ignorada ao longo de *Our Knowledge of the External World*. Poderia dizer-se: Russell, nesse livro, acaba precisamente de introduzir a teoria das construções lógicas, na sequência da influência de Whitehead (como ele próprio atesta no «Prefácio» [*Idem, ibidem*, p. 8]), e, portanto, não está ainda

ainda o *Misticismo e Lógica*,³² Russell reflecte como se a relação entre a teoria da *acquaintance*, a teoria das construções lógicas e a teoria das descrições pudesse ser justificada independentemente da doutrina do atomismo lógico, de acordo com um esquema como o seguinte: a *acquaintance* e a teoria das construções lógicas serão suficientes para enquadrar a problemática científica, sendo o papel da teoria das descrições meramente suposto ou aludido (é o caso de “A Relação dos Dados dos Sentidos com a Física”, de 1914, e de “Os Últimos Constituintes da Matéria”, de 1915, na sequência de *O Nosso Conhecimento do Mundo Externo*); no que concerne à filosofia da linguagem, por sua vez, parece que a *acquaintance* e a teoria das descrições chegam perfeitamente, sendo o papel da teoria das construções lógicas praticamente inexistente (é o caso de “Conhecimento através de *Acquaintance* e Conhecimento por Descrição”, de 1913, e, mais geralmente, de *Teoria do Conhecimento e Os Problemas da Filosofia*), ou, quando ocorre, simplesmente sugerido.³³

perfeitamente consciente (filosoficamente falando) da relação entre as três teorias referidas. É verdade, acrescentaremos nós; mas isso só confirma a interpretação que sugerimos. A mesma dificuldade que assinalámos em 1914 coloca-se, por maioria de razão, evidentemente, em relação aos trabalhos de Russell imediatamente anteriores, nomeadamente, *Theory of Knowledge* no seu conjunto (e os trabalhos parciais a que esse manuscrito deu lugar, alguns dos quais foram editados em *Mysticism and Logic*), e de *The Problems of Philosophy*. Nestes dois últimos casos, como se sabe, a teoria das construções lógicas não tinha ainda feito verdadeiramente a sua aparição.

³² Mostra-o para os leitores da época, e, evidentemente, para a imagem que o próprio Russell queria apresentar da sua filosofia. (Recorda-se que *Mysticism and Logic* foi publicado em 1917, quer dizer, é um ano anterior a “The Philosophy of Logical Atomism”.) Com a publicação dos inéditos de Russell entre 1913 e 1919, pelos *Bertrand Russell Archives* (volumes 7 e 8 dos “Collected Papers of Bertrand Russell”), temos hoje em dia uma visão muito mais elaborada da sua filosofia na altura. Contudo, no que concerne à relação entre as três teorias, o que sabemos actualmente só vem confirmar o que pode deduzir-se directamente da leitura de *Mysticism and Logic*.

³³ Neste último caso, podemos incluir também “The Relation of Sense-Data to Physics”. A teoria das descrições aparece aí com a tentativa de “to find a place for sense-data which apparently fail to have the usual connection with the world of physics”, isto é, com as ilusões, alucinações de sonhos, etc. (secção XII, *CP*, 8, 1, 22 e ss.), e é aplicada no quadro de uma abordagem lógica das noções de “existência” e de “realidade” (não é por não satisfazerem os critérios lógicos de “existência” e de “realidade” que as ilusões e alucinações, não menos do que os factos empíricos, não existem ou não são reais, mas porque não estão em correlação com os *sensibilia* em geral e as respectivas conexões causais, isto é, porque não satisfazem um critério de existência propriamente epistemológico). Agora, esperar-se-ia que as mesmas razões que levaram Russell a aplicar a teoria das descrições aos sonhos e alucinações o levassem a aplicá-la àquele mesmo material de que não temos *acquaintance* e que é objecto de uma construção lógica (como

Resulta daqui não só que existe, aparentemente pelo menos, um divórcio claro entre a epistemologia da ciência e a filosofia da linguagem, mas também que parece haver um conflito mais ou menos latente entre as premissas filosóficas que justificarão cada uma dessas áreas. Neste contexto, a doutrina do atomismo lógico só veio complicar as coisas, inicialmente pelo menos, isto é, em 1914: o pressuposto dessa doutrina é que a lógica constitui o cerne da investigação filosófica nos seus diferentes domínios, e que é no seu quadro, pois, que devemos esperar alcançar a síntese possível entre eles; mas, como dissemos, entre 1914 e 1918 está longe de ser claro como é que isso pode acontecer. De facto, até 1918 a doutrina do atomismo lógico parece constituir mais qualquer coisa à parte do resto da filosofia de Russell do que um verdadeiro elemento aglutinador das outras concepções fundamentais do filósofo, em contraste com o que se poderia esperar das promessas feitas em *O Nosso Conhecimento do Mundo Externo*.

É precisamente um tal papel aglutinador que Russell entende atribuir-lhe em “A Filosofia do Atomismo Lógico”; e a sua estratégia, para o efeito, passa pelo conceito fundamental de linguagem logicamente perfeita. Isto não significa, entretanto, que Russell tenha uma percepção filosófica clara e perfeita quer desse papel quer da natureza e significado do referido conceito; muito pelo contrário, ambos estão envolvidos em grandes obscuridades, que tornam muito árdua e difícil a leitura e interpretação das passagens onde Russell se ocupa deles. Com estas limitações, salientaremos apenas alguns dos traços fundamentais da ideia de linguagem logicamente perfeita. Russell resume-os numa passagem, que, apesar da sua extensão, é importante citar completamente:

Numa linguagem logicamente perfeita haverá uma palavra, e não mais, para cada objecto simples, e tudo aquilo que não é simples será expresso por uma combinação de palavras, – por uma combinação, é claro, derivada das palavras das coisas simples que a constituem, ou seja, uma palavra para cada

acontece com o material da física). Onde não temos *acquaintance*, como diz Russell desde 1912-1913, temos descrições. Em 1914, tendo em mente a epistemologia da ciência, acrescenta: onde não temos *acquaintance*, temos construções lógicas. Mas qual é o critério que nos leva a aplicar a teoria das descrições em vez da das construções, ou *vice-versa*? Qual é o papel da teoria das descrições na epistemologia da ciência (pois não há dúvida que, segundo as premissas da teoria do conhecimento do próprio Russell, ela deve ter aí algum papel)? Como veremos, nem mesmo em 1918 Russell consegue integrar de um modo filosófico consistente as três teorias. Isso só vai acontecer, de facto, em *An Inquiry into Meaning and Truth*; e implica, de modo geral, uma rejeição da doutrina do atomismo lógico e dos seus pressupostos logicistas.

simples componente. Uma linguagem dessa natureza será completamente analítica e mostrará, num só relance, a estrutura lógica dos factos afirmados ou negados. A linguagem que é apresentada nos *Principia Mathematica* pretende ser uma linguagem desse tipo. É uma linguagem que tem apenas sintaxe e nenhum vocabulário. (...) Ela procura ser aquela espécie de linguagem que, se lhe acrescentarem o vocabulário, seria uma linguagem logicamente perfeita. As linguagens actuais não são logicamente perfeitas neste sentido, e não podem mesmo possivelmente sê-lo, se pretendem servir os objectivos da vida quotidiana. *Uma linguagem logicamente perfeita, se pudesse ser construída, não seria apenas intoleravelmente prolixa, mas, quanto ao vocabulário, largamente privada em relação a cada falante. Quer dizer, todos os nomes que usaria seriam apenas relativos a esse falante e não poderiam entrar na linguagem de outro.* (...) Ao mesmo tempo [se pudesse ser construída], vocês podiam compreender que seria, de facto, uma linguagem muito inconveniente. Esta é uma razão que explica porque é que a lógica está tão atrasada como ciência, uma vez que as suas necessidades são extraordinariamente diferentes das necessidades da vida quotidiana. (...) Contudo, assumirei que já construímos uma linguagem logicamente perfeita e que a iremos usar em certas ocasiões de Estado (...).³⁴

Importa, desde logo, salientar o carácter enganador do modo como é encarada a emergência da ideia de “linguagem ideal” ou “logicamente perfeita” em “A Filosofia do Atomismo Lógico”. Russell, nesse texto,

³⁴ "In a logically perfect language, there will be one word and no more for every simple object, and everything that is not simple will be expressed by a combinations of words, by a combination derived, of course, from the words for the simple things that enter in, one word for each simple component. A language of that sort will be completely analytic, and will show at a glance the logical structure of the facts asserted or denied. The language which is set forth in *Principia Mathematica* is intended to be a language of that sort. It is a language which has only syntax and no vocabulary whatsoever. (...) It aims at being that sort of language that, if you add a vocabulary, would be a logically perfect language. Actual languages are not logically perfect in this sense, and they cannot possible be, if they are to serv the purposes of daily life. A logically perfect language, if it could be constructed, would not only be intolerably prolix, but, as regards its vocabulary, would be very largely private to one speaker. That is to say, all the names that it would use would be private to that speaker and could not enter into the language of another speaker. (...) Altogether you would find that it would be a very inconvenient language indeed. That is one reason why logic is so very backward as a science, because the needs of logic are so extraordinarily different from the needs of daily life. (...) I shall, however, assume that we have constructed a logically perfect language, and that we are going on State occasions to use it (...)." (PLA, 197-198)

apresenta como exemplo de uma tal linguagem aquela linguagem lógico-matemática artificial de que tratam, aparentemente os *Principia Mathematica*, dando por suposto, de facto, que a linguagem ideal a construir será ela própria artificial como seria a linguagem desse livro, e, sobretudo, que será a uma tal linguagem que se aplicarão as teorias lógicas especiais que justificam a mesma. E é precisamente com base num tal pressuposto que a imagem oficial da filosofia de Russell e a leitura wittgensteiniana do impacto do *Tractatus* acusam Russell de procurar transpôr, sem mais, o logicismo em matéria de fundações da matemática para o âmbito do nosso conhecimento natural em geral, e da linguagem ordinária em particular, como se essa linguagem ideal ou logicamente perfeita, que Russell diz ser necessária nestes últimos domínios, fosse, simplesmente, a suposta linguagem artificial dos *Principia*. Ora, isso está longe de ser verdade, como o próprio Russell sugere abundantemente noutras passagens das suas “Lições”, e sugeria já, na realidade, na “Introdução” aos *Principia*, se a soubermos ler devidamente.³⁵ O ponto essencial é que a linguagem de base (L_0) da linguagem ideal tem como fundamento a *acquaintance* dos

³⁵ A “Introdução” aos *Principia Mathematica* (1910-1913) é, sem dúvida, um elemento absolutamente essencial para a compreensão da ideia de “linguagem logicamente perfeita”. Mas já vimos que os pressupostos dessa linguagem que são atribuídos a Russell, e aos *Principia* em particular, não se verificam: *i*) não existe qualquer referência de Russell, nessa obra, a uma “linguagem logicamente perfeita”; *ii*) não existe também aí qualquer verdadeira suspeita, por parte de Russell, em relação a uma linguagem ordinária que não estaria “em ordem, tal como está”, isto é, a uma linguagem que seria “confusa”, “defeituosa”, “vaga”, etc.. Portanto, se a ideia de uma “linguagem logicamente perfeita” aparece nos *Principia*, isso acontece segundo pressupostos completamente diferentes daqueles que referimos antes (em *i*) e *ii*). Sugerimos anteriormente que *sim*, que (1) a ideia de uma linguagem logicamente perfeita está subjacente à filosofia dos *Principia*, na medida em que a linguagem lógico-matemática dessa obra é susceptível de uma interpretação ontológica, psicológica e epistemológica (na perspectiva da qual está essencialmente dada na experiência em geral de cada sujeito de conhecimento), e de uma interpretação linguística (na medida em que é susceptível de uma construção no plano lógico-formal); que, (2) tanto de um ponto de vista como do outro essa linguagem não é uma linguagem puramente simbólica ou artificial; e, finalmente, que (3) esta leitura da ideia de linguagem logicamente perfeita em 1910-1913 é *sugerida claramente* por Russell nas «Lições», de 1918, sobre a filosofia do atomismo lógico. – Aqueles que identificam a linguagem dos *Principia* com uma linguagem puramente artificial, ignoram que o próprio Russell na “Introdução” dos *Principia* propõe uma fundamentação psicológica e epistemológica para essa linguagem no contexto da teoria do juízo como relação múltipla. (Na verdade, como se sabe, é na “Introdução” que esta teoria é formulada pela primeira vez.) O pretexto de Russell é a necessidade de esclarecer a “systematic ambiguity” relacionada com a significação de certas constantes lógicas (“não” e “ou”), que faz com que pareçam funções em que qualquer

proposição poderia surgir como argumento. (Veja-se Russell, B., *Principia Mathematica*, p. 45.) Ele propõe-se então “to begin with a definition of the simplest kind of *truth and falsehood*”, e é neste contexto que apresenta a referida teoria. Agora, que implicações tem ela para a filosofia da lógica e da matemática? Seguramente, a mais importante consequência (a que já aludimos anteriormente) é que as proposições da lógica em questão ao longo dos três volumes dos *Principia* não são proposições no sentido lógico usual (por exemplo, não são proposições no sentido lógico-linguístico do conceito), na medida em que essas proposições, em rigor, não existem: “It follows from the above theory that a ‘proposition’, in the sense in which a proposition is supposed to be *the* object of a judgment, is a false abstraction, because a judgment has several objects, not one. (...) The fact that propositions are ‘incomplete symbols’ is important philosophically, and *is relevant at certain points in symbolic logic.*” (*IDEM, ibidem*, pp. 46-47, sub. nosso) A segunda consequência, é que a verdade ou falsidade dessas proposições não é, em rigor, um problema linguístico ou sintático, mas, em geral, um problema psicológico e epistemológico, como requer a teoria do juízo como relação múltipla para os juízos elementares: “That is, when we judge (say) ‘this is red’, what occurs is a relation of three terms, the mind, and ‘this’, and red. (...) When a judgment occurs, there is a certain complex entity, composed of the mind and the various objects of the judgment. When the judgment is *true*, in the case of of the kind of judgments we have been considering, there is a corresponding complex composed of the objects alone.” (*IDEM, ibidem*, p. 46) Trata-se aqui, evidentemente, de juízos elementares, e esta teoria não se aplica, *strictu sensu*, às proposições do cálculo das classes ou às do cálculo das relações; mas o ponto essencial é que essas proposições não são entidades puramente lógico-linguísticas e têm uma justificação que é, *grossu modo*, geralmente psicológica e epistemológica. Agora, é justamente na perspectiva da teoria do juízo como relação múltipla, delineada na secção IV da “Introdução” dos *Principia*, que Russell *começa por apresentar e justificar a hierarquia da teoria dos tipos*: “A proposition is not a single entity, but a relation of several; hence a statement in which a proposition appears as subject will only be significant if it can be reduced to a statement about the terms which appears in the proposition. A proposition, like such phrases ‘the so-and-so’, where grammatically it appears as subject, must be broken up into its constituents if we are to find the true subject of subjects. But in such a statement as ‘*p* is a man’, where *p* is proposition, this is not possible.» (*IDEM, ibidem*, p. 51) A hierarquia, no âmbito do que ficou conhecido como a “teoria dos tipos ramificada”, é então concebida como uma hierarquia de juízos, ou, mais precisamente, “níveis de verdade”: no primeiro nível, temos juízos sobre particulares, no segundo, juízos sobre classes de particulares (definidos contextualmente, como exigem a teoria do juízo como relação múltipla e a das descrições), e por aí fora. Lado a lado com esta hierarquia, existe uma hierarquia de “ordens” ou de funções proposicionais: ao primeiro nível do juízo correspondem as proposições ordinárias (que não existem propriamente, como se viu acima), ao segundo, correspondem “as funções proposicionais de primeira ordem”, ao terceiro, as “funções de segunda ordem”, etc.. A filosofia da matemática a que conduz a hierarquia de tipos torna-se, pois, extraordinariamente complexa, mas a sua base é ainda e sempre essencialmente psicológica e epistemológica: os enunciados matemáticos sobre números são reduzidos a enunciados sobre classes, que, por sua vez, têm como base a teoria dos “tipos” de juízos. A hierarquia de tipos tem, pois, uma fundação ontológica, psicológica e epistemológica, em sentido lato.

simples que entram como constituintes dos factos atómicos, e, em consequência, ela não só não é artificial como, em grande parte, é essencialmente privada.³⁶ Mas o mesmo tipo de argumento poderia ser aplicado

³⁶ Este é um ponto em que Russell, para além do texto acima citado e posto em destaque, insiste por diversas vezes nas «Lições» de 1918. Por exemplo: "the whole question of the meanings of the words is very fully of complexities and ambiguities in ordinary language. *When one person uses a word, he does not mean by it the same thing as another person means by it.* I have often heard it said that that is a misfortune. This is a mistake. It would be absolutely fatal if people meant the same thing by their words. It would make all intercourse impossible, and language the most hopeless and useless thing imaginable, *because the meaning you attach to your words must depend on the nature of the objects you are acquainted with, and since different people are acquainted with different objects, they would no be able to talk to each other unless they attached quite different meanings to their words. We should have to talk only about logic—a not wholly undesirable result.*" (PLA, 174, sub. nossos) É o próprio pressuposto geral da teoria da *acquaintance* que conduz a esta concepção: "Take the word 'red' for example, and suppose—as one always as to do—that 'red' stands for a particular shade of colour. You will pardon that assumption, but one never can get on otherwise. *You cannot understand the meaning of the word 'red' except through seeing red things.* There is no other way in which it can be done. It is no use to learn language, or look up dictionaries. None of these things will help you to understand the meaning of the word 'red'. In that way it is quite different from the meaning of a proposition. Of course, you can give a definition of the word 'red', and here it is very important to distinguish between a definition and an analysis. *All analysis is only possible in regard to what is complex, and it always depend, in the last analysis, upon direct acquaintance with the objects which are the meaning of certain simple symbols.* It is hardly necessary to observe that one does not define a thing but a symbol." (PLA, 173, subs. nossos) Agora, a importância dada ao carácter essencialmente relativo do objecto da *acquaintance* (os dados dos sentidos só são propriamente objectos da *acquaintance* para um sujeito determinado) não é um dado novo na filosofia de Russell: é essa relatividade que, desde 1913-1914, está na base da aplicação da doutrina das construções lógicas. (Veja-se "The Relation of Sense-Data to Physics" [1914], in CP, 8, 1, 10 e ss.) O que é um dado novo é que agora, em 1918, Russell está a teorizar sobre a *acquaintance* na perspectiva da filosofia do atomismo lógico e do respectivo aparato conceptual. A *acquaintance*, neste novo contexto, constitui a base de uma hierarquia de tipos que é suposto ter um fundamento ontológico na experiência em geral de cada sujeito. Dito por outras palavras: o sujeito da *acquaintance* deve ser, simultaneamente, o sujeito da hierarquia de tipos. Note-se, mais uma vez, que não se trata agora simplesmente de "dados dos sentidos" como objectos da *acquaintance*, mas de "simples" ou de "átomos da análise lógica", que são a significação de "nomes", isto é, trata-se de uma *acquaintance* interpretada num contexto que é geralmente ontológico-linguístico. Assim encarada a *acquaintance*, o problema da sua relatividade para diferentes sujeitos não pode mais ser solucionado com a aplicação da doutrina das construções lógicas, tal como esta era concebida em 1913-1914. O problema que em 1918 se coloca é que, uma vez que a hierarquia de tipos está de algum modo subjacente à experiência do próprio sujeito de conhecimento, a construção lógica não é mais

aos diferentes tipos de linguagem da hierarquia de Russell: é claro que as relações implicadas na linguagem L_1 e linguagens seguintes só são o tipo de relações que são para esse mesmo sujeito da *acquaintance*, e são elas próprias também, portanto, relações essencialmente privadas.³⁷ Por outro lado, a linguagem ideal deverá incluir em cada tipo, segundo Russell, não apenas a forma lógica das proposições aí em questão, mas também a sua significação psicologicamente considerada, – o que implica que farão parte de uma tal linguagem as crenças mentais que estão na base de cada proposição caso a caso (incluindo as proposições negativas), e, portanto, que dela constarão «pensamentos, percepções, e coisas do género», isto é, conteúdos mentais essencialmente relativos à consciência de cada sujeito particular.³⁸ Em consequência, a linguagem ideal ou logicamente perfeita está longe de reduzir-se ao esqueleto formal da lógica e das suas proposições, e tem, para além de uma significação ontológica, um conteúdo essencialmente humano dos pontos de vista lógico, psicológico e epistemológico. Se nos limitarmos ao primeiro, por exemplo, é claro igualmente que os axiomas fundamentais dos *Principia*, tal como as outras proposições que nos aparecem nessa obra, não são proposições lógicas no sentido usual do termo (uma vez que estas não existem, segundo a teoria russelliana do juízo como relação múltipla), e são já, em si próprias,

simplesmente um *assunto filosófico* de justificação da possibilidade da ciência e do conhecimento em geral, mas deve, idealmente, ser uma tarefa interior à hierarquia ela mesma (especialmente no que concerne aos tipos superiores, isto é, às classes, pois estas, segundo a “no-class theory”, dos *Principia*, não existem).

³⁷ “Privado”, aqui, não significa oposto ao público, nem, portanto, que o conhecimento dessas relações não tenha um fundamento objectivo que será essencialmente o mesmo para todos os sujeitos. Seja como for, essa expressão refere-se às «Lições» sobre a filosofia do atomismo lógico, não aos *Principia*. Russell, nas «Lições» e depois delas, quer acentuar o facto de que a hierarquia de tipos pode coincidir completamente com a experiência humana em toda a sua imensa complexidade. Trata-se de uma perspectiva que só *implicitamente* está contida nos *Principia*; e, na verdade, que só o está na leitura que Russell faz dessa obra em 1918.

³⁸ A citação referida é de “Vagueness”, onde Russell está a pensar a hierarquia da sua linguagem logicamente perfeita como um sistema de representação que estaria numa relação de um para um com o “sistema representado”. Ele afirma: “Passing from representation in general to the kinds of representation that are specially interesting to the logician, the representing system will consist of words, perceptions, thoughts, or something of the kind, and the would-be one-one relation between the representing system and the represented system will be meaning.” (CP, 9, 23, 152, o primeiro sub. nosso) Na verdade, porque é que a linguagem ideal ou logicamente perfeita não há-de conter “palavras, pensamentos e percepções”, se é “logicamente perfeita” precisamente porque deve corresponder, o mais fielmente possível, à experiência humana em toda a sua complexidade?

proposições com conteúdo e valor de verdade, isto é, só têm verdadeiramente sentido numa linguagem concebida ontologicamente e interpretada em termos psicológicos e epistemológicos.³⁹

³⁹ Os axiomas em questão, como é conhecido, são os da redução, do infinito e da escolha. No dois últimos casos, Russell admitiu abertamente, na primeira edição dos *Principia*, que o seu estatuto não é caracteristicamente lógico. Tanto um como outro, de facto, devem ser tomados “como hipóteses”, isto é, como antecedentes de condicionais, logo que necessitamos de os utilizar. No primeiro caso, Russell afirma mesmo mais explicitamente: “This assumption [o axioma do infinito] (...) will be aduced as a hypothesis whenever it is relevant. *It seems plain that there is nothing in logic to necessitate its truth or falsehood, and that it can only be legitimately believed on empirical grounds.*” (RUSSELL, B., *Principia Mathematica*, vol. II, p. 183, sub. nosso) Na verdade, esses axiomas são “lógicos” no amplo sentido deste conceito para Russell, isto é, “lógicos” na medida em que supõem a existência de uma estreita complementaridade entre a lógica, a psicologia e a epistemologia. (Russell nunca pretendeu outra coisa, mesmo quando a interpretação estritamente lógica da fundação da matemática, que ele próprio tinha oferecido (supostamente) nos *Principia*, começou a impôr-se através do impacto do *Tractatus*, com Wittgenstein e Ramsey, conduzindo, aparentemente, à “bancarrota” da sua filosofia.) A possibilidade de que os axiomas não fossem puramente lógicos estava longe de constituir, pois, um problema para Russell, dadas as premissas da sua filosofia da lógica e da matemática. Um ponto de vista diverso é adoptado pela leitura wittgensteiniana do impacto do *Tractatus*, porque a pressuposição fundamental dessa leitura é que a lógica, para Russell, *deveria ser encarada independentemente de quaisquer premissas de carácter psicológico ou epistemológico*, quer dizer, por outras palavras, os autores que adoptam esse tipo de leitura reflectem geralmente como se fosse uma violação da filosofia da lógica em geral apelar para a psicologia e a epistemologia. É o caso de P. Hyton. A sua interpretação, contudo, difere da de P. Hacker e outros, no sentido em que, para ele, entre 1900 e 1910 Russell rejeitará explicitamente a importância da problemática psicológica e epistemológica em geral para a fundação da matemática. Ele supõe que a rejeição do idealismo kantiano pelo logicismo no princípio do século tem como consequência a rejeição da importância da teoria do conhecimento e da epistemologia da ciência propriamente dita. Como Hylton dirá a respeito do logicismo entre *The Principles* e os *Principia*: “Metaphysics is no longer subservient to epistemology; knowledge now appears as merely our access to what we know, not as constitutive to it.” (HYLTON, P., “Logic in Russell’s Logicism”, in *The Analytic Tradition. Meaning, Thought and Knowledge*, Ed. B. Blackwell e N. Cooper, Oxford/Cambridge-Massachusetts, 1991, p. 145) Esta teoria, segundo a qual o conhecimento (para o logicismo) releva apenas do nosso acesso ao objecto e não é constitutivo deste, está longe de significar, como se pretende, uma rejeição da epistemologia, e até parece implicar precisamente o oposto. Como dirá J. Pollock, “The theory of knowledge is an attempt to answer the question: ‘How do you know?’, but this is a question about *how* one knows, and not about knowing per se. In asking how a person knows something we are typically asking for his ground for believing it. We want to know what justifies him in holding his belief.” (POLLOCK, J., *Contemporaries Theories of Knowledge*, Ed. Rowman & Littlefield,

Compreende-se, assim, que um certo tipo de interpretações da ideia russelliana de linguagem ideal, como o de Black e outros, mais acima considerados, não tem uma verdadeira base textual. O equívoco principal, como já dissemos, parece consistir na presunção de que a linguagem logicamente perfeita de Russell é uma linguagem artificial como seria a dos *Principia*, e de que, portanto, a teoria dos tipos e o aparato lógico-matemático associado aplicar-se-á, sem mais, à linguagem ordinária. Na verdade, esse equívoco só é compreensível se tivermos em conta, não as teorias de Russell, mas as que alguns positivistas lógicos defenderam nos anos trinta (Carnap) e posteriormente (Bergmann), porque, nestes últimos casos, trata-se de facto de linguagens artificiais, logicamente falando. Contudo, o próprio Russell nunca subscreveu a concepção positivista de linguagem artificial, em qualquer das suas versões; e também quanto a essa matéria, portanto, parece não haver lugar, da nossa parte, à atribuição à sua filosofia de qualquer responsabilidade histórica.⁴⁰

New Jersey, 1986, p. 7) Agora, embora esteja consciente de que a teoria do juízo como relação múltipla implica uma mudança de perspectiva em relação ao realismo de *The Principles*, é ainda à luz dessa rejeição da epistemologia que Hylton lê os *Principia*. (Veja-se Hylton, P., art. cit., pp. 151 e ss.; e *Idem, Russell, Idealism and the Emergence of Analytic Philosophy*, Ed. Clarendon Press, Oxford, 1992, cap. 8, pp. 328 e ss.) A consequência principal desta leitura, no que concerne à interpretação da natureza e significado dos axiomas nos *Principia*, é a caracterização do logicismo como uma filosofia essencialmente inconsciente dos seus próprios pressupostos (logicamente falando), e mais ou menos atrasada em relação às novas perspectivas contemporâneas da lógica, de Wittgenstein a Quine. Neste sentido, em “Logic in Russell’s Logicism” Hylton insiste na aparente incapacidade, por parte de Russell, em compreender que os seus axiomas não eram puramente lógicos, como se existisse a esse respeito uma contradição entre as premissas dos *Principia*.

⁴⁰ Em qualquer caso, essa responsabilidade histórica de Russell, a verificar-se, não tem a ver directamente com os trabalhos de Carnap nos anos trinta, como *Logische Syntax der Sprache* (onde a influência do formalismo de Hilbert é predominante), mas, muito plausivelmente, com os trabalhos dos anos vinte deste autor, como *Der logische Aufbau der Welt*. É sabido que Carnap reclama explicitamente (na sua autobiografia) a influência do livro *Our Knowledge of the External World*, de Russell, nas ideias desenvolvidas no *Aufbau* (veja-se Carnap, R., «Intellectual Autobiography», in *The Philosophy of Rudolf Carnap*, The Library of Living Philosophers, Ed. P. A. Schilpp, La Salle-Illinois, Open court, 1963), e, por outro lado, sugere (de acordo com interpretações, apresentadas recentemente, de A. Richardson e de M. Friedman) que essa influência estará longe de ser predominante ou decisiva no contexto mais vasto das origens neo-kantianas da sua própria filosofia nos anos vinte. Isto não significa, entretanto, que Carnap não pudesse ter encontrado na filosofia do atomismo lógico de Russell, e particularmente na concepção de linguagem logicamente perfeita que temos vindo a analisar, uma expressão mais ou menos similar das suas próprias

ideias no *Aufbau*, porque, de facto, o paralelo existe e, em alguns aspectos, é mesmo notável. (Deste ponto vista, a menção de *Our Knowledge of the External World*, por Carnap, deve ser encarada como uma simples referência histórica, sem verdadeira pretensão de fazer a história das suas próprias concepções. Será o contexto filosófico mais vasto de um atomismo lógico que vai, em rigor, dos *Principia Mathematica* até “The Philosophy of Logical Atomism”, passando pelo livro já mencionado, que tem mente.) Uma vez dito isto, em que é que consiste o paralelo entre a filosofia do *Aufbau* e o atomismo lógico de Russell (na interpretação que temos vindo a apresentar)? Importa observar que a rejeição do paralelo entre o *Aufbau* de Carnap e o atomismo lógico de Russell por parte de algumas contribuições para a história do positivismo lógico (como as de M. Friedman e de A. Richardson) assenta em premissas que parece não se verificarem: *i*) a ideia de que a linguagem lógico-matemática dos *Principia* é uma linguagem simbólica ou artificial; *ii*) a ideia de que o projecto de Russell com a sua filosofia do atomismo lógico é a redução fenomenalista do conhecimento em geral aos dados do sentidos; *iii*) e de que esse projecto é, tipicamente, um projecto fundacionalista, no caso, que ele será essencialmente estranho, senão mesmo adverso, ao holismo em filosofia. (Veja-se Friedman, M., “Carnap’s *Aufbau* Reconsidered”, in *NOÛS*, 21, 1987, pp. 521-545; e *Idem*, “Epistemology in the *Aufbau*”, in *Synthese*, 93, 1992, pp. 15-57.) Ora, qualquer uma destas ideias, e particularmente a primeira, parece ser claramente errónea. De facto, uma vez interpretada a linguagem dos *Principia* como uma linguagem ontológica, em sentido lato, que coincide com a experiência humana privada de cada sujeito em toda a sua complexidade, as afirmações contidas em *ii*) e *iii*) caem elas próprias pela base, e fica aberto o caminho para o paralelo entre o atomismo lógico de Russell, em 1918, e o *Aufbau*, na medida em que a ideia de linguagem logicamente perfeita das “Lições”, que temos vindo a analisar, é, *grosso modo*, a ideia fundamental do próprio Carnap nesse livro. Uma vez dito isto, não se segue que a influência neo-kantiana no *Aufbau*, sugerida por Friedman e Richardson, não tenha sido fundamental: pelas mesmas razões que o trabalho de Carnap não resulta apenas ou simplesmente da influência de Russell, como mostram esses autores contra a “received view” de Quine, Putnam e outros, ele também não resulta meramente da influência do neo-kantismo; em vez disso, os dois tipos de influência parecem ter sido absolutamente fundamentais e, de certa maneira, indissociáveis um do outro no pensamento filosófico do próprio Carnap (Friedman sugere precisamente esta ideia em “Epistemology in the *Aufbau*”, p. 33 e ss.). Alguns dos aspectos do paralelo entre o *Aufbau* e o atomismo lógico de Russell poderiam ser apresentados esquematicamente da forma seguinte. O *Aufbau* inaugura uma disciplina filosófica inteiramente nova, a que o seu autor chama um “constitucional system” (*Konstitutionssystem*), no qual todos os “scientific concepts are reduced to the given” (CARNAP, R., *The Logical Structure of the World*, trad. de R. A. George, Ed. Routledge and Kegan Paul, London, 1967, §3, p. 8). A redução é levada a cabo por intermédio de “a step-by-step ordering of objects in such a way that the objects of each level are constructed from those of lower levels. Because of the transitivity of reductibility, all objects of the construcional system are thus indirectly constructed from objects of the first level.” (*IDEM, ibidem*, §2, p. 6) A base do sistema constitucional, proposta por Carnap, é uma “autopsychological basis”, em que “the choice of basic elements is limited to such psychological objects that belong to only one subject” (*IDEM, ibidem*, §62, p. 100). Mais precisamente, os elementos básicos consistem de objectos psicológicos conscientes ou

Agora, apesar da linguagem logicamente perfeita ter um carácter essencialmente privado, a pretensão fundamental de Russell é fazer dela o instrumento privilegiado da análise lógica e ontológica do real. O pressuposto nuclear desta ideia é que é perfeitamente possível reconstruir de forma geral uma linguagem privada, como essa que ele tem em mente no

“experiences” de um único sujeito (*Idem, ibidem*, p. 102). Mas a redução carnapiana do sistema à base auto-psicológica não é um objectivo filosófico essencial do mesmo. Carnap salienta repetidamente que o sistema específico que apresenta é apenas um sistema possível entre vários outros (veja-se *Idem, ibidem*, §57, §59, §62). Em particular, é possível igualmente construir um sistema materialista em que tudo-incluindo a experiência privada é redutível aos objectos da física (*Idem, ibidem*, §57, pp. 92 e ss.). A construção começa nesta base solipsista ou “auto-psicológica” e desenvolve-se procurando explicitamente construir tudo o mais-primeiro, o mundo físico e, depois, mesmo os outros indivíduos com as suas próprias experiências de sentidos privadas (é suposto, por exemplo, que o domínio dos “psychological objects”, de que se ocupa a psicologia, e o dos “cultural objects”, de que se ocupam as “cultural sciences”, sejam eles mesmos construídos). (Veja-se *Idem, ibidem*, §22, p. 37 e ss..) Estes objectivos podem ser alcançados apesar de a construção, como a ciência em geral, ser essencialmente lógico-estrutural (veja-se *Idem, ibidem*, §10, p. 20 e ss.). Deste ponto de vista, *não só o sistema constitucional é uma linguagem, como é também uma “linguagem logicamente perfeita”, na medida em que abarca a experiência em geral de cada sujeito de conhecimento. O resultado da construção é uma hierarquia de objectos do sistema constitucional que é concebida à luz da hierarquia de tipos de Russell (embora implique recursos lógico-matemáticos diferentes dos dos Principia [veja-se, por exemplo, Idem, ibidem, cap. A, §10 e ss., e §30, pp. 53-54, §37, 63-64, etc.]), e que coincide, ontologicamente falando, com a experiência do sujeito nos seus diversos planos: “we do not want to construct other persons as mere machines, but with all the contents of their experiences, to the extent to which they are (in realistic language) recognizable. After all, it was the thesis of construction theory that the constructional system, in spite of its autopsychological basis, would be in a position to express all legitimate statements, more precisely, all statements which can be considered valid in an empirical science or which can be posed as questions.” (IDEM, ibidem, §144, p. 223) Agora, a construção do sistema constitucional não é apenas um problema filosófico: é suposto que é efectuada pelo próprio sujeito, e, portanto, que se refere a processos realmente actuais que são mais ou menos conscientes para ele. Neste sentido, Carnap afirma a propósito da construção tridimensional do espaço feita no seu sistema: “In the actual process of cognition, the three dimensional character of things seems to be immediately given, at least in the case of persons whose consciousness is fully developed. There are cases, however, where the spatial order is the result of an ordering activity; this shows that the construction is not a mere fiction, but a rational reconstruction of actual processes.” (IDEM, ibidem, §94, p. 150, sub. nosso) Desenvolvemos algumas das ideias que acabámos de apresentar em “From Russell’s Logical Atomism to Carnap’s Aufbau: Reinterpreting the Classic and Modern Theories on the Subject”, in *John von Neuman and the Foundations of Physics*, Ed. Kluwer Academic Publishers, Dordrecht-Boston-London, 2000, pp. 305-318.*

texto citado mais acima, em termos filosóficos, quer dizer, é possível reconstruí-la a partir de certas premissas lógicas, psicológicas e epistemológicas que são as mesmas para cada linguagem privada em particular e, naturalmente, as mesmas para todas elas no seu conjunto. E é aqui que entra Wittgenstein. Em “A Filosofia do Atomismo Lógico”, Russell parece pensar que a interpretação linguística, sintáctica, das proposições, que Wittgenstein defendeu nas “Notas ditadas a Moore”, pode constituir, logicamente falando, um meio privilegiado para analisar cada linguagem-tipo da linguagem logicamente perfeita (por exemplo, para analisar a relação de correspondência entre as proposições elementares e os respectivos factos atómicos) e esta mesma linguagem no seu conjunto.⁴¹ Evidentemente, posto de parte o problema de que Russell, em 1918, não sabe de facto como desenvolver um tal tipo de análise (apesar de intuir a sua importância), ela não é suficiente, porque, como vimos mais acima, não é correcto interpretar a significação em termos estritamente lógicos. Donde, a necessidade de premissas psicológicas e epistemológicas para a explicação filosófica da hierarquia de linguagens, e, designadamente, para a explicação da natureza das proposições que caracteriza cada linguagem-tipo: são elas, de facto, que fazem da linguagem logicamente perfeita uma linguagem essencialmente humana. Mas, mesmo com o apelo para este tipo de premissas, a linguagem ideal que resulta da reconstrução filosófica não deixa de ser «logicamente perfeita», porque essas premissas, para Russell, são, ao fim e ao cabo, premissas “formais” em certo sentido: aceitamo-las não só em função da sua evidência, mas

⁴¹ Deste ponto de vista, Russell, fazendo o paralelo entre a linguagem logicamente perfeita e a linguagem dos *Principia*, afirma que esta “has only syntax and no vocabulary whatsoever.” (PLA, 176) A relação, como já vimos, é enganadora, mas atesta da importância dessa interpretação linguística que referimos. Há já nas “Lições”, aparentemente, o eco da teoria do *Tractatus* a respeito da noção de identidade estrutural que caracteriza essa relação. Russell afirma: “in a logical correct symbolism there will always be a certain fundamental identity of structure between a fact and the symbol for it, and that the complexity of the symbol corresponds very closely with the complexity of the facts symbolized by it.” (PLA, 175) Mas, de um modo geral, os dois princípios fundamentais da análise do simbolismo traduzem, sem dúvida, a influência da perspectiva “linguística” das “Notes dictated to G. E. Moore in Norway”. O pressuposto da aplicação tanto de um como de outro à ideia de linguagem logicamente perfeita, é aquele mesmo segundo o qual “The theory of types is really a theory of symbols, not of things.” (PLA, 232) Evidentemente, é uma teoria de *símbolos* na medida em que a linguagem privada de cada sujeito de conhecimento é objecto de uma reconstrução filosófica que passa fundamentalmente pela reconstrução linguística.

também, se não fundamentalmente, da sua maior ou menor capacidade explicativa.⁴²

É neste quadro (neste *novo quadro*) que se integram, *em princípio*, as teorias da *acquaintance*, construções lógicas e descrições, porque Russell não nos diz praticamente nada sobre o assunto a não ser sob a forma de sugestão ou de alusão. É suposto que na linguagem de base cada sujeito tem, de algum modo, o conhecimento directo e imediato dos factos atómicos e das respectivas proposições, e que, em linguagens-tipo superiores da hierarquia, quando está filosoficamente consciente desta, usa a teoria das descrições e constrói ele próprio logicamente os respectivos objectos a partir dos objectos simples da linguagem de base.⁴³ É suposto ainda, como se disse mais acima, que a reconstrução do processo que

⁴² “The sort of premiss that a logician will take for a science will not be the sort of thing which is first known or easiest known: it will be a proposition having *great deductive power, great cogency and exactitude*, quite a different thing from the actual premiss that your knowledge started from.” (PLA, 162, sub. nosso)

⁴³ Esta afirmação é, obviamente, uma interpretação da nossa parte que tem um certo carácter especulativo, fazendo de “The Philosophy of Logical Atomism” um esboço ou uma primeira versão do *Aufbau* de Carnap. Nesta última obra, a consciência e a vida psicológica em geral são objecto de uma construção progressiva pelo sistema constitucional. A um dado momento do processo filosófico da construção surge o Eu, com toda a complexidade dos seus objectos psicológicos próprios, a sociedade e os valores (Carnap, R., *op. cit.*, cap. C, §139 e ss.). Embora o *Aufbau* também não seja muito explícito sobre o assunto, esse momento corresponde a uma etapa em que o sujeito que é o objecto filosófico da construção coincide com o próprio sujeito da experiência real ou quotidiana, que é suposto estar filosoficamente consciente do próprio “sistema de construção” em geral e, de facto, o construir ele próprio do princípio ao fim a partir desta ou daquela base (auto-psicológica, psicológica, física, etc.). É neste sentido que no *Aufbau* se afirma a respeito dessas construções: “these constructions do not consist in a hypothetical inference or fictitious postulation of something that is not given, but they consist *merely in the reorganization of the given*. The same holds for the construction of the intersubjective world. Within the constructional system, no metaphysical assertions are made concerning the objects which are thus constructed through reorganization.” (IDEM, *ibidem*, §148, p. 229) O paralelo entre Russell e o *Aufbau*, a este respeito, passa fundamentalmente pelas implicações da teoria da *acquaintance*, a que temos vindo a aludir. Se a *acquaintance* deve constituir efectivamente a base lógica e epistemológica da hierarquia de tipos, é óbvio que para isso não basta que tenhamos *acquaintance* nesta ou naquela situação. A possibilidade de construir a hierarquia requer que todos os sujeitos, numa primeira etapa, comecem por ter *acquaintance* dos objectos simples. Evidentemente, nenhuma situação empírica ou real corresponde realmente a essa situação. É precisamente por isso que Russell invoca sedutoramente o exemplo de Adão e do paraíso: “A name, in the narrow logical sense of a word whose meaning is a particular, can only be applied to a particular with which the speaker is acquainted, because

acabámos de mencionar não é meramente formal ou simbólica mas tem simultaneamente um conteúdo material, que é próprio da natureza dos objectos das proposições de cada linguagem-tipo, e um conteúdo psicológico, que caracteriza as percepções e pensamentos de cada sujeito que estão associadas a essas proposições e a respectiva passagem para as proposições da linguagem-tipo superior.⁴⁴ E, claro está, é suposto que esse processo de reconstrução, pelo menos na medida em que é tema de investigação filosófica por parte de Russell, seja basicamente um processo de reconstrução de uma linguagem logicamente perfeita essencialmente privada e previamente dada na experiência em geral de cada sujeito. Mas como é que o sujeito começa por adquirir a sua linguagem de base (L_0) e, com base nesta linguagem fundamental, passa sucessivamente para cada uma das outras linguagens-tipo? Esta é, evidentemente, uma questão fundamental. Mais uma vez e como temos vindo a sugerir, não encontramos uma resposta clara da parte de Russell a esta questão em 1918 nem, de

you cannot name anything you are not acquainted with. *You remember, when Adam named the beasts, they came before him one by one, and he became acquainted with them and named them. We are not acquainted with Socrates, and therefore cannot name him.*" (PLA, 178, sub. nosso) Russell parece admitir geralmente, como mostra a sua interpretação lógica da noção de "simples", que a *acquaintance* é fundamentalmente uma situação ontológica, e não apenas, como se disse, uma situação mundana ou real. Mas a respeito dos outros tipos da hierarquia nada nos diz sobre o assunto. Agora, a ideia de que o sujeito da hierarquia deve, num dado momento, usar a teoria das descrições e a das construções lógicas, construindo filosoficamente a própria hierarquia, é sugerida explicitamente pelo próprio Russell. Na sequência do texto onde nos diz que a linguagem logicamente perfeita é uma linguagem essencialmente privada, "That is to say, all the names that it would use would be private to that speaker and could not enter into the language of another speaker", Russell continua: "It could not use proper names for Socrates or Picadilly or Rumania for the reasons which I went into earlier in the lecture." (PLA, 176) As razões a que alude Russell consistem no facto de que qualquer um desses nomes é, na verdade, uma descrição. Agora, se o sujeito não pode empregar nomes próprios quando se trata de descrições, tem naturalmente que empregar estas enquanto tal. E o mesmo é válido, claro está, para a teoria das construções lógicas.

⁴⁴ O problema, evidentemente, é que não se vê como é que uma linguagem assim concebida, se pudesse ser reconstruída, poderia respeitar a teoria dos tipos. Se uma tal linguagem deve incluir, por exemplo, as atitudes proposicionais, então parece evidente que não pode respeitar a teoria dos tipos. Foi talvez devido a este tipo de problemas que Russell afirmou nas "Lições" que é impossível, *na prática*, construir uma linguagem logicamente perfeita (PLA, 176). Na realidade, Russell ter-se-á precipitado com esta observação (que, aliás, manterá praticamente até *An Inquiry into Meaning and Truth*): o *Aufbau*, dez anos depois e invocando o exemplo do próprio Russell, veio mostrar que essa construção é inteiramente possível.

facto, até tão tarde quanto *Uma Investigação sobre a Significação e a Verdade*.⁴⁵ O pressuposto essencial da concepção de linguagem logicamente perfeita, em “A Filosofia do Atomismo Lógico”, a respeito da *acquaintance*, nomeadamente, parece ser basicamente lógico: a intenção

⁴⁵ A problemática da linguagem logicamente perfeita é, sem dúvida, o tema fundamental de *An Inquiry into Meaning and Truth*. Russell, quase vinte anos depois de ter abandonado a problemática que concerne a essa linguagem (com o trabalho de 1924, “O Atomismo Lógico” [in *CP*, 9, 26, 162-179]), regressa ao assunto apetrechado com o conhecimento de novas correntes da filosofia da lógica e da matemática, como é o caso das de Gödel e de Tarski. A primeira, muito em especial, parece-lhe fundamental para um novo posicionamento dessa problemática, uma vez que as consequências filosóficas do teorema da incompletude de Gödel tornaram aparentemente obsoletas aquelas concepções que identificam o instrumento fundamental da análise lógica da linguagem com uma linguagem artificial ou puramente simbólica. Era o caso da concepção de G. Bergmann e, em certa medida, da concepção do próprio Carnap em *Der Logische Syntax der Sprache* (embora o próprio Carnap observe, já nesse livro, que tem em linha de conta algumas dessas consequências [veja-se Carnap. R., *The Logical Syntax of Language*, trad. A. Smeaton, Ed. Routledge and Kegan Paul, London, 1949, §33, pp. 96 e ss.]). Por outro lado, a teoria da verdade de Tarski veio pôr fim à pretensão de conceber a verdade própria dos sistemas formais em matemática de um ponto de vista estritamente lógico ou sintáctico, como acontecia muito especialmente no livro mencionado de Carnap. Note-se que tanto a contribuição de Gödel como a de Tarski não afectavam directamente a concepção russelliana de linguagem logicamente perfeita, tanto na sua versão ontológica como na versão propriamente linguística, porque nem uma nem outra são concebidas como sistemas puramente formais (é secundário, como vimos, que o próprio Russell identifique por vezes a segunda versão com uma versão puramente linguística ou sintáctica, uma vez que, como mostram os *Principia* em qualquer das suas edições, isso está longe de ser completamente verdadeiro). O mesmo poderia dizer-se a respeito da concepção de linguagem da lógica do próprio Wittgenstein, mas por razões diferentes das de Russell, como mostra a teoria do mostrar, no *Tractatus*. No cap. 4 de *An Inquiry Into Meaning and Truth* é justamente este contexto histórico-filosófico muito lato, a que acabamos de aludir, que Russell começa por comentar: “Tarski, in his important book *Der Wahrheitsbegriff in den formalisierten Sprachen*, has shown that the words ‘true’ and ‘false’, as applied to the sentences of a given language, always require another language, of higher order, for their adequate definition. The conception of a hierarchy of languages is involved in the theory of types, which, in some form, is necessary for the solution of the paradoxes; it plays an important part in Carnap’s work as well in Tarski’s. I suggested it in my introduction to Wittgenstein’s *Tractatus*, as an escape from his theory that syntax can only be ‘shown’ not expressed in words. The arguments for the necessity of a hierarchy of languages are overwhelming, and I shall henceforth assume their validity.” (RUSSELL, B., *op. cit.*, p. 59) Agora, como é que Russell pode adequar a sua concepção da linguagem logicamente perfeita às teorias de Gödel e de Tarski? Basicamente, fazendo da hierarquia de tipos dessa linguagem, e particularmente dos primeiros (aqueles que concernem ao conhecimento directo e imediato

de Russell, bem compreendida, não é defender que a *acquaintance* tem lugar neste ou naquele momento ou nesta ou naquela situação, embora esta orientação epistemológica das suas análises seja praticamente inevitável por motivos pedagógicos; a doutrina do atomismo lógico requer, em vez disso, que ela tenha *necessariamente* lugar, e, por esta razão, embora Russell geralmente a identifique com situações empíricas ou mundanas, a interpretação fundamental que nos oferece dela (ao contrário do que é sugerido pela leitura wittgensteiniana da sua filosofia) é essencialmente lógica.⁴⁶ Entretanto, é evidente que as premissas puramente lógicas não chegam para explicar como é que a *acquaintance* pode ter lugar na linguagem L_o ou em qualquer outra linguagem-tipo; que ela tenha que ter *necessariamente* lugar não é apenas um pressuposto lógico que a teoria do conhecimento deve admitir mas, sobretudo, um pressuposto *ontológico* que está na base da própria possibilidade de construir uma linguagem

que era próprio do que chamou *acquaintance* até 1921, e que agora, um novo contexto, chamará por *noticing*), uma matéria de aprendizagem do homem desde os estádios mais iniciais da sua infância (onde, de facto, a justificação dos nomes em geral através da designação ostensiva pode ser aplicada). Essa aprendizagem, na sequência da transformação decisiva da filosofia de Russell no começo dos anos vinte, é concebida segundo um esquema geralmente naturalista e behaviorista. Os tipos da hierarquia da linguagem logicamente perfeita aparecem, a esta luz, não só como tipos ontológicos mas também como tipos psicológicos e sociais. Neste contexto, podemos ver que o problema da fundação da *acquaintance* numa situação ontológica mais ou menos ideal, isto é, o problema das “Lições” de 1918, desaparece completamente. A *acquaintance* ela própria é objecto de uma aprendizagem concebida em termos behavioristas.

⁴⁶ Esta afirmação decorre da interpretação que temos vindo a dar a respeito do papel da *acquaintance* na linguagem logicamente perfeita, porque a significação lógica, a que nos referimos, é o pressuposto fundamental da interpretação propriamente ontológica desse papel. Contudo, parece evidente que uma tal significação não é a significação corrente ou comum ao longo das “Lições”. O facto tem, provavelmente, a seguinte explicação. No final da breve exposição sobre a natureza dessa linguagem, que citámos mais acima, Russell observa: “I shall (...) assume that we have constructed a logically perfect language, and that we are going on state occasions to use it” (PLA, 176, sub. nosso). Por “ocasiões de Estado”, ele tem em mente a explicação da própria construção dessa linguagem. E, neste sentido, só em duas ou três ocasiões ao longo das oito lições é que se refere explicitamente a uma tal linguagem. Isto significa não só que Russell assume que a linguagem logicamente perfeita já está construída, mas também, e principalmente, que o plano em que quer desenvolver as suas análises é o plano da experiência em geral do sujeito de conhecimento. É por esta razão que os exemplos de *acquaintance* nas “Lições” são, de maneira geral, exemplos dessa mesma experiência. O pressuposto fundamental desses exemplos, contudo, é geralmente lógico, como resulta da própria definição de *acquaintance* que Russell oferece em várias passagens das “Lições”, a que já aludimos anteriormente.

logicamente perfeita segundo o esquema da hierarquia de tipos. É isso que, por sua vez, parecem requerer também as premissas psicológicas e epistemológicas da doutrina do atomismo lógico. O mesmo poderia ser dito a respeito da hierarquia de linguagens da linguagem logicamente perfeita no seu conjunto: ela não é uma ficção que resultaria da construção filosófica, quer dizer, não é apenas uma experiência possível, mas tem que estar de algum modo já essencialmente dada e implicada na experiência em geral de cada sujeito como condição da sua possibilidade.⁴⁷

Uma vez chegados a este ponto, podemos compreender mais claramente porque é que a identificação da linguagem logicamente perfeita com uma linguagem *lógica*, isto é, com uma linguagem formal ou artificial, e com uma linguagem *perfeita*, quer dizer, “precisa” ou “exacta”, não faz qualquer sentido, embora seja um preconceito filosófico da interpretação de Russell muito generalizado ainda hoje em dia. Na verdade, não é uma tal ideia de linguagem logicamente perfeita que Russell vai utilizar na “Introdução” ao *Tractatus*, mas precisamente a que temos vindo a analisar, depois de reelaborada à luz de certas ideias dessa obra que pareciam sugerir uma ideia similar. Isso, evidentemente, implica que a leitura tradicional da “Introdução”, feita pela “imagem oficial” da filosofia de Russell, *tenha que ser completamente revista*. E, neste sentido, um conjunto importante de sugestões foi já apresentado nas páginas anteriores; outras, que não foi possível analisar completamente ao longo do presente trabalho, passam fundamentalmente pela análise daquela via alternativa à filosofia de Wittgenstein que “A Filosofia do Atomismo Lógico” claramente enuncia quando apela para a necessidade de complementar uma perspectiva estritamente lógica com as da psicologia e epistemologia.⁴⁸

“A Filosofia do Atomismo Lógico”, já o dissemos, representa a primeira verdadeira tentativa de síntese ou de integração no quadro da

⁴⁷ O conceito “condição de possibilidade”, que acabámos de empregar, não tem necessariamente uma conotação kantiana. Que a linguagem logicamente perfeita esteja ontologicamente dada na experiência em geral de cada sujeito, significa que ela não é apenas uma “condição” do pensamento constructivo, nem uma mera condição regulativa que este atribuiria («constitutivamente») à própria realidade. Esta interpretação da noção de linguagem logicamente perfeita, por parte de Russell, tem provavelmente uma origem neo-hegeliana que vem do período idealista (1896-1900), como, aliás, têm certos aspectos fundamentais da própria filosofia da lógica e da matemática da primeira edição dos *Principia*. N. Griffin sugeriu uma tal perspectiva no livro, *Russell's Idealist Apprenticeship* (Ed. Clarendon Press, Oxford, 1991, p. viii), mas o tema está ainda, de uma maneira geral, por investigar.

⁴⁸ Releia-se, deste ponto de vista, o texto citado na nota 19.

doutrina do atomismo lógico das diferentes vertentes da filosofia de Russell. Mas isso, como também vimos, não significa que tenha sido uma tentativa bem sucedida. Pelo contrário, numa série de pontos essenciais, que dizem respeito justamente à concepção de linguagem logicamente perfeita, parece haver da parte de Russell muitas ambiguidades e dúvidas, se não mesmo confusões. Em que termos é que ele pode justificar a sua suposição de uma linguagem que está de algum modo previamente dada ontologicamente na experiência em geral de cada sujeito mas pode, entretanto, ser adquirida e construída passo a passo desde a linguagem de base até às linguagens-tipo superiores, como é requerido pela tese de que cada linguagem-tipo é privada e independente de qualquer outra (do ponto de vista da lógica, da psicologia e da epistemologia)? Por outro lado, em que medida é que todo este processo pode coincidir efectivamente com o próprio processo da construção efectuada por cada sujeito a partir da linguagem L_0 ? E como é que é possível construir as percepções e pensamentos que são relativos a cada linguagem-tipo a partir de *premissas* psicológicas e epistemológicas? Russell, nas “Lições”, não só não nos dá qualquer resposta a estas questões como parece alimentar uma ambiguidade filosófica ainda mais fundamental. Ele dá geralmente por suposto que a descrição e a construção no quadro da hierarquia não diferem essencialmente da forma como entendeu nos *Principia* a descrição e a construção em termos lógico-matemáticos. E esta suposição, com base na qual falámos até aqui numa interpretação ontológica da linguagem logicamente perfeita, parece ter fundamento na própria “Introdução” a essa obra. Mas, por outro lado, em 1918 assimila enganadoramente, por vezes, essa linguagem a uma linguagem puramente artificial ou simbólica, retirando com uma mão o que acaba de nos dar com a outra. Vêmo-lo: a ideia de uma linguagem logicamente perfeita, em “A Filosofia do Atomismo Lógico”, é um pressuposto metodológico da filosofia de Russell mais *intuitivo* do que verdadeiramente sistemático. Russell compreendeu, nessa altura, que a sua filosofia tinha que passar por ele, como um *projecto futuro* de desenvolvimento das suas investigações; e nisso não se enganou, porque será ainda um tal pressuposto que *Uma Investigação sobre a Significação e a Verdade*, em 1940, vai desenvolver finalmente, de forma independente, de uma maneira geral, de pressupostos logicistas.

Uma vez dito isto, é compreensível que a natureza *holista* da concepção russelliana de linguagem logicamente perfeita não tenha despertado a atenção do filósofo. Uma linguagem que está ontologicamente dada na experiência em geral de cada sujeito e que, mesmo depois de construída filosoficamente, é ainda essencialmente privada, *abarcando toda essa experiência tanto quanto é possível*, não pode deixar de ter uma significação holista. (Na verdade, parece que é precisamente este holismo de

feição ontológica da concepção de linguagem logicamente perfeita que está na base da emergência, por volta de 1919-1920, de um holismo semântico parcial na filosofia de Russell.)⁴⁹ Mas Russell, pelas razões que analisámos no parágrafo anterior, não se sentia obrigado a concluir necessariamente isso, ou, pelo menos, não se sentia obrigado a concluir que esse holismo era de natureza ontológica, ao arrepio do atomismo que nos diz caracterizar essencialmente a sua filosofia. A perspectiva estritamente lógico-linguística a respeito da necessidade de uma linguagem logicamente perfeita, que admite de maneira geral quando nos fala do conceito de vago, levava-o a pensar, provavelmente, que, embora essa linguagem deva ter um fundamento ontológico qualquer na nossa experiência, ela pode, entretanto, ser concebida como um mero *constructo*. E isto explica a sua continuada insistência, até 1921-1922, na crítica do *monismo* próprio da filosofia neo-hegeliana inglesa, em contraste com o atomismo lógico que caracterizaria a sua «nova lógica» anteriormente, e, sobretudo, em contraste com um significativo silêncio sobre o assunto a partir precisamente da época referida.

Já se observou que em 1919-1920 aparece na filosofia de Russell um holismo semântico parcial que o conduz a um conceito de vago em que a noção de interminação semântica é absolutamente essencial. O facto não deixou de ter importantes consequências no que diz respeito à concepção de linguagem logicamente perfeita que Russell defendia até essa altura, porque as premissas behavioristas da sua filosofia em geral a partir dos anos vinte (em matéria de teoria do conhecimento, de epistemologia da ciência e de filosofia da linguagem) e, nomeadamente, as que são desenvolvidas em *Análise da Mente*,⁵⁰ sugeriam-lhe muito provavelmente que a linguagem que assume, *en passant*, como previamente dada na experiência de cada sujeito de conhecimento e que quer construir filosoficamente, pode ter ela própria uma explicação de tipo behaviorista. É neste sentido, como se disse, que se orienta a investigação de Russell em 1940. Seja como for, a verdade é que Russell, desde 1918 até este último período, abandonou geralmente, em rigor, as suas investigações sobre a ideia de linguagem

⁴⁹ Trata-se de uma suposição meta-filosófica da nossa parte, que não é possível justificar completamente nos limites deste trabalho. A ideia é, evidentemente, que a explicação das razões da emergência desse holismo semântico parcial deve assentar, sobretudo, na lógica interna do desenvolvimento do próprio pensamento de Russell, e só de forma secundária em factores externos, como a problemática epistemológica da ciência (teoria da relatividade) ou uma suposta influência por parte de Wittgenstein.

⁵⁰ Veja-se, deste ponto de vista, no que concerne à filosofia da linguagem, Russell, B., *The Analysis of Mind*, Ed. George Allen & Unwin, London, 1978, «Lecture X».

logicamente perfeita, e que ele não sabe muito bem nem como justificá-la nem o que fazer com ela.⁵¹ Os dois únicos textos dos anos vinte onde essas investigações *parecem* continuar, isto é, “O Vago” (em 1923) e “O Atomismo Lógico” (em 1924), confirmam de facto a nossa interpretação. “O Vago”, pelas razões que temos vindo a sugerir, constitui um caso filosoficamente à parte, em certo sentido, porque é um dos primeiros trabalhos de Russell onde o seu holismo semântico parcial é patente; mas é claro também nesse trabalho que Russell, provavelmente sob o impacto do *Tractatus*, tem muitas dúvidas, dificuldades e confusões a respeito da sua ideia de linguagem logicamente perfeita e que, posta de parte a emergência desse holismo semântico de que falámos, não avança nada de verdadeiramente novo em relação a “A Filosofia do Atomismo Lógico”. “O Atomismo Lógico”, por outro lado, parece mesmo constituir um retrocesso, filosoficamente falando, na medida em que Russell, mais uma vez aparentemente sob o impacto do *Tractatus*, parece regressar (empobrecido) aos velhos temas de 1918 como se nada se tivesse passado entretanto, isto é, ignorando geralmente esse holismo semântico parcial da sua filosofia mais recente e as consequências behavioristas que lhe estão associadas.

Referências bibliográficas

- BLACK, M., “Russell’s Philosophy of Language”, in *The Philosophy of Bertrand Russell*, Ed. P. A. Schillp, La Salle-Illinois, Open Court, 1989, pp. 227-256.
- CARNAP, R., *The Logical Structure of the World*, trad. de R. A. George, Ed. Routledge and Kegan Paul, London, 1967.
- CARNAP, R., *The Logical Syntax of Language*, trad. A. Smeaton, Ed. Routledge and Kegan Paul, London, 1949.
- CLARKE, D. S., *Philosophy’s Second Revolution. Early and Recent Analytic Philosophy*, Open Court, Chicago and La Salle-Illinois, 1997.
- FRIEDMAN, M., “Carnap’s *Aufbau* Reconsidered”, in *NOÛS*, 21, 1987, pp. 521-545.

⁵¹ Esta afirmação é particularmente verdadeira no que concerne à segunda versão da “Introdução” do *Tractatus*, como sugerimos mais acima. Russell, por altura dessa versão (1921), viu na linguagem da lógica desse livro a sua própria linguagem ideal ontologicamente interpretada. Este facto não poderia deixar de o estimular a adoptar tanto quanto possível, mais uma vez, as perspectivas de Wittgenstein no quadro da sua própria filosofia, uma vez que ele pensava, como temos vindo a sugerir, que a filosofia de Wittgenstein era essencialmente complementar em relação à sua. Evidentemente, esse não era geralmente o caso. Serão necessários muitos anos de reflexão para que Russell se aperceba claramente disso – o que só ocorrerá, de facto, com *An Inquiry Into Meaning and Truth* (1940).

- FRIEDMAN, M., “Epistemology in the *Aufbau*”, in *Synthese*, 93, 1992, pp. 15-57.
- GRIFFIN, N., *Russell's Idealist Apprenticeship*, Ed. Clarendon Press, Oxford, 1991.
- HACKER, P. M. S., *Wittgenstein's Place in Twentieth-century Analytic Philosophy*, Ed. Blackwell, London, 1996.
- HINTIKKA, J., e M., *Investigations sur Wittgenstein*, trad. de M. Jawerbaum e J. Pesztat, Ed. Mardaga, Liège, 1986.
- HYLTON, P., *Russell, Idealism and the Emergence of Analytic Philosophy*, Ed. Clarendon Press, Oxford, 1990.
- IGLESIAS, T., “Russell's Introduction to Wittgenstein *Tractatus*”, in *Russell: The Journal of the Bertrand Russell Archives*, nºs 25-28, pp. 21-38.
- IGLESIAS, T., “Russell and Wittgenstein: Two Views of Ordinary Language”, in *Philosophical Studies*, vol. XXVIII, 1981.
- McGUINNESS, B., “Bertrand Russell's and Ludwig Wittgenstein's 'Notes on Logic'”, in *Revue Internationale de Philosophie*, nº 102, 1972, pp. 444-461.
- PEARS, D., *La pensée-Wittgenstein*, Ed. Aubier, trad. da C. Chauviré, Paris, 1993.
- POLLOCK, J., *Contemporary Theories of Knowledge*, Ed. Rowman & Littlefield, New Jersey, 1986.
- RIBEIRO, H., *Bertrand Russell e as origens da filosofia analítica. O impacto do 'Tractatus Logico-Philosophicus' na filosofia de Russell*, Universidade de Coimbra (dissertação de doutoramento), Coimbra, 1998.
- RIBEIRO, H., “Da ‘imagem oficial’ de Russell de Russell à reabilitação da sua filosofia: ‘O Vago’ como caso em estudo”, in *Da natureza ao sagrado. Homenagem a Vieira Jordão*, Ed. Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 2000, vol. 1, pp. 199-257.
- RIBEIRO, H., “Tradição, inovação e compromissos em filosofia: Russell e Wittgenstein à volta de ‘A crê p’”, in *Ars interpretandi. Diálogo e tempo*, Homenagem a Miguel Baptista Pereira, Ed. Fundação António de Almeida, Porto, 2001, pp. 401-449.
- RIBEIRO, H., “From Russell's Logical Atomism to Carnap's *Aufbau*: Reinterpreting the Classic and Modern Theories on the Subject”, in *John von Neuman and the Foundations of Physics*, Ed. Kluwer Academic Publishers, Dordrecht-Boston-London, 2000, pp. 305-318.
- RIBEIRO, H., “O *Tractatus* de Wittgenstein, Russell e o problema do holismo em filosofia”, in *Revista Portuguesa de Filosofia*, 58 (2002), pp. 465-495.
- RIBEIRO, H., “Rejeição versus aceitação de Kant na filosofia analítica contemporânea”, in *Revista Filosófica de Coimbra*, 26 (2004), pp. 393-409.
- RUSSELL, B., *The Principles of Mathematics*, Ed. Routledge, London, 1992.
- RUSSELL, B., *Principia Mathematica*, Ed. Cambridge University Press, 1910.
- RUSSELL, B., “The Regressive Method of Discovering the Premises of Mathematics”, in *Essays in Analysis*, Ed. George Allen and Unwin, London, 1973, pp. 272-283.
- RUSSELL, B., *The Problems of Philosophy*, Ed. Oxford University Press, London, 1973.
- RUSSELL, B., *Theory of Knowledge: the 1913 Manuscript*, The Collected Papers of Bertrand Russell, vol. 7, Eds. E. R. Eames e K. Blackwell, Allen & Unwin, London, 1986.
- RUSSELL, B., *Our Knowledge of the External World as a Field for Scientific Method in Philosophy*, Ed. George Allen and Unwin, London, 1949.
- RUSSELL, B., *Mysticism and Logic and other Essays*, Ed. George Allen & Unwin, London, 1963.

- RUSSELL, B., *Introduction to Mathematical Philosophy*, Ed. Routledge, London e New York, 1995.
- RUSSELL, B., "The Philosophy of Logical Atomism", in *The Philosophy of Logical Atomism and other Essays: 1914-1919*, The Collected Papers of Bertrand Russell, vol. 8, Ed. John Slater, Allen & Unwin, London, 1986.
- RUSSELL, B., *The Analysis of Mind*, Ed. George Allen & Unwin, London, 1963.
- RUSSELL, B., *An Inquiry into Meaning and Truth*, Ed. Penguin Books, Middlesex, 1973.
- RUSSELL, B., "Vagueness", in *Essays on Language, Mind and Matter: 1916-1926*, The Collected Papers of Bertrand Russell, vol. 9, Ed. John Slater, Unwin Hyman, London, 1988.
- RUSSELL, B., "Logical Atomism", in *Essays on Language, Mind and Matter: 1916-1926*, The Collected Papers of Bertrand Russell, vol. 9, Ed. John Slater, Unwin Hyman, London, 1988.
- RUSSELL, B., *My Philosophical Development*, Ed. George Allen & Unwin, London, 1959.
- RUSSELL, B., *Essays in Analysis*, Ed. George Allen and Unwin, London, 1973.
- URMSON, J. O., *Philosophical Analysis: Its Development Between the Two World Wars*, Ed. Clarendon Press, Oxford, 1956.
- WITTGENSTEIN, L., *Notebooks: 1914-1916*, trad. de G. E. Ascombe, Ed. G. H. von Wright e G. E. Ascombe, Basil Blackwell, 1969.
- WITTGENSTEIN, L., *Tractatus Logico-Philosophicus with an Introduction by Bertrand Russell*, Ed. Kegan Paul, London, 1933.
- WITTGENSTEIN, L., *Letters to Russell, Keynes and Moore*, Ed. G. H. von Wright, Basil Blackwell, Oxford, 1974.